

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA CRISTINA GONZAGA MAGALHÃES

**ONTEM E AMANHÃ: ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE
DOMINAÇÃO A PARTIR DA OBRA TARDIA DE CLÓVIS MOURA: *O
NEGRO DE BOM ESCRAVO A MAU CIDADÃO?***

**Mariana-MG
2024**

Ana Cristina Gonzaga Magalhães

**ONTEM E AMANHÃ: ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE
DOMINAÇÃO A PARTIR DA OBRA TARDIA DE CLÓVIS MOURA: *O
NEGRO DE BOM ESCRAVO A MAU CIDADÃO?***

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Davi Machado Perez.

Mariana-MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M188o Magalhães, Ana Cristina Gonzaga.

Ontem e amanhã [manuscrito]: análise sobre os processos de dominação a partir da obra tardia de Clóvis Moura: o negro de bom escravo a mau cidadão?. / Ana Cristina Gonzaga Magalhães. Ana Cristina Gonzaga Magalhães. - 2024.
63 f.

Orientador: Prof. Dr. Davi Machado Perez.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Moura, Clovis, 1925-2003. 2. Escravidão - Brasil. 3. Racismo. 4. Sociedades civis - Brasil. I. Magalhães, Ana Cristina Gonzaga. II. Perez, Davi Machado. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 323.12

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CBICSA - CRB6a - 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Cristina Gonzaga Magalhães

Ontem e Amanhã: análise sobre os processos de dominação a partir da obra tardia de Clóvis Moura: o negro de bom escravo a mau cidadão?

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 06 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Doutor - Davi Machado Perez - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto
Assistente Social - Glayce Kelly Fieno Melo - Universidade Federal de Ouro Preto

Davi Machado Perez, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Davi Machado Perez, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/02/2024, às 03:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0670742** e o código CRC **91B58F64**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas mães: Luciene e Geralda por serem mulheres tão fortes e batalhadoras. Dentro de condições possíveis e impossíveis sempre tentaram proporcionar o melhor pra mim, apesar das expressões da questão social sempre cruzarem nossas portas. Me ensinaram a ser independente, justa e humilde. Agradeço o meu pai, Marcelo, por ser paciente e respeitoso. A minha irmã, Nayara, que me ensina tanto mesmo sendo tão nova. Ao trio que reencontrei nessa importante etapa da vida: Igor, Mirelly e Sheilão. Agradeço por todo cuidado e carinho durante nossos encontros e reencontros de vidas. Minhas amigas de infância: Bruna e Maria, que guiam meus caminhos mesmo em presença opostas. Agradeço ao meu companheiro astral, Flávio Baracho, por acreditar em mim e seguir caminhando junto nessa experiência antropológica que é viver. Você me faz acreditar em um mundo melhor. Agradeço a todos meus familiares e amigos que compartilho memórias, saudades e planos. Agradeço aos profissionais incríveis que atravessaram e ocuparam espaços para a troca de saberes. Agradeço a oportunidade de debater criticamente, pensar na totalidade e questionar o passado dentro do espaço público da universidade.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de Serviço Social constitui uma pesquisa bibliográfica descritiva com o propósito de analisar o processo sócio-histórico da formação social brasileira, destacando os processos de dominação e escravização da população negra, por meio da obra do escritor, historiador, sociólogo e jornalista Clóvis Moura, intitulada “Negro: de *bom escravo a mau cidadão?*”, além das categorias *escravismo pleno* e *escravismo tardio* desenvolvida no livro “Dialética radical do Brasil Negro”. Apesar da abolição da escravidão, os negros continuam a enfrentar a marginalização e são impedidos de alcançar uma cidadania plena. A transição da escravização para a marginalização constitui um ponto focal da obra, destacando a persistência de desigualdades e obstáculos à plena participação na sociedade. Buscou-se compreender o processo histórico de higienização, embranquecimento e negação de direitos enfrentada pela população negra após a abolição da escravidão. E destaca como as dinâmicas raciais foram fundamentais na construção de estruturas hierárquicas no Brasil, através do processo de acumulação capitalista. Tal dinâmica incorpora formas de dominação que se infiltraram e apropriaram das resistências promovidas pela população negra.

Palavras - chave: Clóvis Moura. Escravismo. Formação social brasileira. Racismo.

ABSTRACT

The present work constitutes a descriptive bibliographic research with the purpose of analyzing the socio-historical process of the Brazilian social formation, highlighting the processes of domination and enslavement of the black population, through the work of the writer, historian, sociologist and journalist Clóvis Moura, entitled "Negro: de *bom escravo* a *mau cidadão?*", in addition to the categories *full slavery* and *late slavery* developed in the book "Dialética radical do Brasil Negro". Despite the abolition of slavery, blacks continue to face marginalization and are prevented from achieving full citizenship. The transition from enslavement to marginalization is a focal point of his work, highlighting the persistence of inequalities and obstacles to full participation in society. We sought to understand the historical process of hygiene, whitening and denial of rights faced by the black population after the abolition of slavery. And it highlights how racial dynamics were fundamental in the construction of hierarchical structures in Brazil, through the process of capitalist accumulation. This dynamic incorporates forms of domination that have infiltrated and appropriated the resistances promoted by the black population.

Keywords: Clovis Moura. Slavery. Brazilian Social Formation. Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CLÓVIS MOURA: ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO INTELECTUAL	12
2. ONTEM, HOJE E AMANHÃ: <i>BOM ESCRAVO E MAU CIDADÃO</i>	19
3. ESCRAVISMO PLENO E ESCRAVISMO TARDIO: O <i>MODERNO</i> PASSA A SERVIR AO <i>ARCAICO</i>.	28
3.1 TARIFA ALVES BRANCO	34
3.2 A LEI DE TERRAS	36
3.3 LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS	39
3.4 GUERRA DO PARAGUAI	40
3.5 PROCESSO ABOLICIONISTA: TRABALHO ESCRAVO PARA TRABALHO ASSALARIADO	42
4. O NEGRO COMO GRUPO ESPECÍFICO OU DIFERENCIADO EM UMA SOCIEDADE COMPETITIVA	50
5. EMANCIPAÇÃO E RESISTÊNCIA POLÍTICA	54
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIA	60

INTRODUÇÃO

Objetivou-se analisar o processo da formação sócio-histórica brasileira através da obra do intelectual Clóvis Moura: “O negro: de bom escravo a mau cidadão?”, além das categorias *escravismo pleno e escravismo tardio* desenvolvidas no livro “Dialética radical do Brasil negro”, por meio da pesquisa bibliográfica e descritiva. Processo de formação que se deu através da exploração, dominação, opressão e morte das pessoas pretas, considerando a incorporação de processos de dominação e opressão por meio do embranquecimento, extermínio e negação de direitos da população negra pós-abolição. Destarte, Clóvis Moura traz o negro como protagonista político e de resistência, apesar dos mecanismos coloniais e, atualmente, o capitalismo contemporâneo dependente, criarem aparatos legais, culturais e sociais para impedir a participação do cidadão em espaços sociais, políticos, educacionais, culturais e de lazer.

O Brasil, com sua singularidade, apesar de ser o país com maior contingente de população negra fora do continente africano, também foi o último país a abolir a escravidão, assim como o país com o maior tráfico negreiro. Bonfim (2015) afirma que o Brasil não rompeu com suas heranças coloniais, dessa forma a sociabilidade social só foi refuncionalizada e reintegrada, concretizadas nos valores das ações cotidianas, assim excluindo as camadas populares no processo decisório da vida política e social. Dessa forma, enquanto as pessoas negras estavam escravizadas, os valores emergiram a partir de uma perspectiva colonial, que contribuiu com o rebaixamento da generalidade humana e da visão social desse grupo racial.

De acordo com a dimensão teórico-metodológica da profissão das/os assistentes sociais, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira aborda o desenvolvimento histórico-social do país, oferecendo uma compreensão abrangente dos elementos que permeiam a sociedade. Essa abordagem inclui a análise da conjuntura econômica, social, cultural e política, destacando a estrutura do Estado no contexto do capitalismo dependente. Ao investigarmos os alicerces que influenciam a identidade da sociedade brasileira como uma nação, moldada pelos processos coloniais e marcada pela escravidão dos povos africanos, pelo genocídio dos indígenas e pela economia orientada para atividades essenciais ao mercado externo, podemos identificar as influências estruturais subjacentes à construção sociocultural, fundamentadas no racismo, patriarcado e na superexploração da força de trabalho.

Em conformidade com as novas atribuições profissionais do Serviço Social, com o

surgimento de uma atuação em conjunto de forma multi e interdisciplinar, e com as políticas sociais que foram surgindo, ou seja, novas ferramentas para o/a profissional manusear em sua atuação, tem-se a padronização para uma intervenção mais justa e efetiva com a implementação da dimensão ético-político com o Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº8. 662 ambos de 1993, onde se coloca as atribuições e competências profissionais alinhados para a defesa de direitos dos (as) usuários (as) dos serviços e políticas sociais.

Sendo os 11 princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, ressalta-se:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. . Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. . Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. . Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 23).

O trabalho se inicia com um esboço itinerário do autor, uma vez que suas contribuições acadêmicas foram essenciais para a compreensão das dinâmicas raciais, sociais e culturais no Brasil. Esse destaque se concentra, em particular, na abordagem da situação do negro durante a transição do regime escravista para as estruturas sociais pós-abolição. Inicialmente, analisaremos os processos de dominação e exploração que delinearão a imagem do negro, concebido como *bom escravo* durante o período de escravidão, para a representação de *mau cidadão*, quando questiona e busca integração na sociedade (Moura, 2021). Em um

segundo momento, dedicaremos nossa análise às categorias de *escravismo pleno* e *escravismo tardio*, conforme desenvolvidas no livro "Dialética Radical do Brasil Negro" (Moura, 2021).

A transição de uma economia baseada no sistema escravista para a adoção do trabalho assalariado teve repercussões diretas sobre a população negra, que foi excluída do processo de integração no novo mercado de trabalho. Moura (2021) enfatiza essa modernização como sendo arcaica, uma vez que, apesar das mudanças nas relações de trabalho, a estrutura escravista perdurou.

Ao longo do texto, abordaremos legislações significativas deste período, incluindo aquelas que contribuíram para o processo de abolição, bem como leis que dificultaram a integração do negro após a alforria, como por exemplo, a Lei de Terras.

Concluindo, exploramos as distinções entre *grupos específicos* e *grupos diferenciados*, conforme abordado por Moura. Adicionalmente, destacamos as estratégias de resistência, como a religião e o carnaval, utilizados como forma de sobrevivência e de integração na sociedade. Também observamos como essas formas de resistência são apropriadas pela classe dominante, transformando-as em mercadoria. A metodologia adotada busca desvendar as complexidades dessas relações, proporcionando uma visão mais abrangente dos desafios enfrentados pelos negros em uma sociedade competitiva perdurada pelo capitalismo dependente.

Durante minha trajetória acadêmica fui bolsista PIDIC pelo Projeto “Conectando Afetos: Subjetividade e Relações Sociais”, que tinha como objetivo analisar o impacto da pandemia sobre o cotidiano dos estudantes, tais quais adoecimento psíquico, compulsão alimentar, subnutrição, dificuldades financeiras, entre outros. Advindos de um sistema capitalista neoliberal que lucra através do sofrimento, sobretudo da população negra, que foram os mais atingidos na pandemia. Adicionalmente, direcionei o interesse à condição da população negra no desenvolvimento da Iniciação Científica “Escravidão e questão racial na obra marxista de Clóvis Moura” desenvolvido a partir da condição histórica do negro na sociedade brasileira.

Essa população pobre e preta, descendentes do povo que historicamente é desumanizada e tem seus direitos negado são os que mais sofrem com o modo de produção capitalista. Perante a esse cenário brasileiro, é possível analisar que a população negra vem sofrendo um processo de dominação durante todo o contexto social brasileiro, uma vez que, historicamente a classe dominante sempre buscou formas de disseminar e legitimar suas formas de opressão, exploração, dominação e ódio de raça. Logo, as heranças escravocratas e

a legitimação de um Estado racista faz com que essa população não consiga exercer uma cidadania plena.

Tenho refletido sobre como essa condição é indissociável do indivíduo negro, na nossa existência, a partir do momento que nascemos, na nossa condição historicamente negada a nós. Refletindo na resistência em conquistar direitos, de ocupar lugares historicamente nossos, uma vez que nem éramos considerados cidadãos.

De forma a combater esse sistema capitalista injusto que viola todos os dias nossos direitos humanos e nos adocece. Espero poder contribuir também como profissional de Serviço Social, como mulher e negra, já que majoritariamente a porcentagem das usuárias são negras. Por fim, quero colocar todas as minhas indignações em uma análise mais crítica e agora na prática. Como mulher, negra, assistente social, poder socializar com outros sujeitos essa análise crítica e fundamentar sua conversão em políticas públicas. Quero ter esperança; quero que nossos direitos sejam garantidos, expandidos e, principalmente, que esses direitos permaneçam.

1. CLÓVIS MOURA: ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO INTELECTUAL

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu na cidade de Amarante, no estado de Piauí, em junho do ano de 1925. Seu pai, Francisco de Assis Moura, apesar de ter se formado em farmácia na Bahia, era fiscal de renda para o estado e provedor da renda principal da família. Sua mãe, Elvira Steiger Moura, apesar de ter nascido em uma família com certo prestígio na política local, acaba virando dona de casa. Clóvis Moura tinha dois irmãos, Carlos e Maria. As margens do rio Parnaíba foram essenciais para a sua trajetória intelectual e política.

Por causa do trabalho do pai, as constantes mudanças eram comuns. Em 1935, a família se mudou para a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Assim, Clóvis que sempre teve reflexão política em consonância com a literatura, se torna membro fundador do grêmio estudantil do colégio Diocesano Santo Antônio, intitulado “Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro”. É através do grêmio que os membros articulavam discussões sobre política e literatura, onde Clóvis consegue colocar seus sentimentos políticos e nacionalistas de forma literária. Assim, nasceu o jornal *O Potiguar*, onde com 14 anos, Clóvis Moura escreveu seu primeiro artigo, denominado: “Libertas que serás também”.

O grêmio estudantil alcançou notoriedade e pessoas como Elói de Souza, Luiz da Câmara Cascudo e figuras políticas importantes se tornaram membros. Contudo, apesar do alcance, o Grêmio fechou após a partida de Clóvis Moura para Salvador, Bahia.

O primeiro ano da família Moura em Salvador foi marcado pelo falecimento de Carlos Moura - irmão de Clóvis - devido a tuberculose. A morte repentina do irmão marcou Clóvis, já que os dois caminhavam juntos na trajetória política e intelectual e fundaram juntos o grêmio e o jornal *O Potiguar*. E, mediante a convivência com o irmão, que era branco, loiro, de olhos azuis, Clóvis também percebeu a diferença de tratamento, que o ajudou a enxergar questões raciais, principalmente no meio político.

Desse modo, crescendo em uma cidade predominante negra, construída nos resquícios dos moldes coloniais, mas também de resistências, Clóvis se interessa em estudar sobre a escravidão.

Se muda para Juazeiro e, é lá que se intensifica sua relação com o jornalismo, publicando poemas, poesias e críticas literárias no jornal do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir da sua aproximação com os ideais comunistas e com o marxismo, a falta de um debate racial neste contexto o incomodou. Para o partido, resolver a desigualdade social

contemplaria todos os outros problemas sociais, embarcando tanto a questão racial, mas também de gênero.

Deste modo, Clóvis Moura compõe a revista *Caderno da Bahia*, que tinha como propósito difundir sobre a cultura popular negra, do povo baiano, assim como a cultura afro-brasileira.

Entretanto, a ditadura estadonovista (1937-1945) promoveu a violência contra religiões de matrizes africanas e a retomada dos estudos só foi possível após o fim do Estado Novo. Nessa retomada, um dos fundadores do *Caderno da Bahia* dispôs para Moura publicar seus poemas, suas críticas literárias, mas também salientava a importância da sua pesquisa de campo. De tal forma, que Moura é convidado a integrar a Associação Brasileira de Escritores (ABDE).

Moura canalizou sua percepção crítica literária e junto com a história e sociologia se voltou aos estudos das relações raciais. Teve contato com nomes importantes, como por exemplo: Abdias Nascimento, Arthur Ramos, Donald Pierson, Carlos Drummond de Andrade e Caio Prado Júnior. Assim, também, Clóvis Moura atuou na revista *Literatura* em 1947 com grandes autores da época: Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Aníbal Machado. Logo, em 1949, fundou seu próprio jornal, *O Jacuba*.

Moura iniciou suas pesquisas na biblioteca da Bahia, esse momento foi crucial para iniciar as *Rebeliões da Senzala*. Entretanto, tinha grandes problemas em achar material sério e confiável. Desta maneira, muda-se para São Paulo, onde a comunicação e o acesso com grandes editoras era mais fácil.

Sua trajetória em São Paulo o reaproximou das intelectualidades, tanto através do jornalismo quanto do PCB. Atuou como redator no jornal *Última Hora* e como secretário de redação da revista *Fundamentos*, fundada por Monteiro Lobato.

A notoriedade e o trabalho nas revistas foram fundamentais para concretizar as pesquisas para seu primeiro livro. Dessa maneira, conseguiu estabelecer contato com o escritor Edison Carneiro que já havia publicado periódicos sobre o negro na sociedade. Edison Carneiro era sociólogo e publicou obras importantes como a *Antologia do Negro Brasileiro* (1950) e o *Quilombo de Palmares* (1947).

Moura era incisivo sobre as contradições da sociedade que o perpassa. Assim, em 1951 fundou sua própria revista, *FLAMA*. A revista tinha como propósito noticiar reportagens de cunho nacional e internacional. O conteúdo com posicionamentos comunistas, em defesa da democracia, da liberdade de expressão e da exploração de classes sociais era notório em seus exemplares.

Nesse ínterim, a perseguição contra sujeitos tidos como comunistas era ferrenha, eram exilados, cassados, torturados e até mortos. Apesar do conteúdo, durante um tempo a revista conseguiu burlar a repressão do governo, contudo em 1952 todos foram fichados como comunistas no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em um contexto repressor, suas cartas eram interceptadas.

Em contrapartida, Clóvis Moura ainda atuava em vários cargos. Em 1959, foi redator dos jornais *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*. No ano seguinte, foi subsecretário de redação e crítico literário do *Correio Paulistano*. Por fim, entre 1969 e 1972 foi diretor de redação do jornal *A Folha*.

Com a luta anticolonial e independentista de países africanos e o fortalecimento da luta armada dos Pantera Negras no EUA, os movimentos negros no Brasil foram alvos de intensa vigilância, de repressão e violência. O aprofundamento dos estudos antirracistas trazia a perspectiva do mito da democracia racial, abalando a ordem social vigente. Nesse sentido, o discurso da democracia racial¹ reproduz formas de delimitar opressões e repressões funcionais para a estrutura hierárquica social e racial.

O Estado como regulador e legitimador da desigualdade racial e da violência praticada em diferentes aparatos punia aqueles que se desviavam da ordem social vigente, de cunho patriota que potencializava a ideia de democracia racial e de que “somos todos iguais”. Assim, perseguição, tortura e até morte, eram práticas vistas como forma de manter a segurança e a ordem.

O Estado brasileiro não é diferente de outros Estados capitalistas neste aspecto, pois o racismo é elemento constituinte da política e da economia sem o qual não é possível as suas estruturas. Nessa vereda, a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro (Almeida, 2019, p. 111).

Após anos das forças militares no poder, a década de 1970 foi essencial para reestruturar as forças contra a repressão. Assim, em 1974, a Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA) foi fundada. Em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) se organizou para enfrentar e debater o preconceito racial diante da história do povo negro no Brasil.

A década de 1970, no Brasil, propiciou um momento marcadamente diverso, influenciado principalmente pelo fato de que as forças democráticas, após anos de exceção imposta pelos governos militares, começaram a se articular no país. A sociedade civil organizada se fazia presente na cena da redemocratização. Assim, movimentos sociais, tais como feminista, sindical e o negro, passaram a dar voz,

¹ A teoria da democracia racial é uma construção ideológica que Freyre contribuiu para criar, sugerindo erroneamente que a relação entre senhores e escravos era pacífica e que os povos indígenas aceitaram a colonização de forma tranquila. Resultando em uma sociedade democrática e miscigenada.

mais audível, às suas demandas. Era o período das insurgências populares contra a ausência da democracia (Silva, 2009, p. 185).

É nesse contexto, de resgate da cultura africana, de pertencimento e ancestralidade que o IBEA é criado. O Instituto Brasileira de Estudos Africanistas (IBEA) tinha como objetivo de estudar a história negra no Brasil em um espaço de diálogo, reflexão, ensino, pesquisa e memória. Clóvis Moura era presidente do Instituto, seguido como vice-presidente pelo também jornalista Aristides Barbosa.

O Instituto tinha a pretensão de dialogar, para além do âmbito acadêmico, com todos os componentes da sociedade. Clóvis Moura buscava, portanto, adentrar em todos os segmentos que perpassam a sociedade. Dessa forma, não havia discriminação para quem quisesse pertencer ao Instituto, seja pelo sexo, nacionalidade, estado civil, religião ou grau de escolaridade.

O I Congresso de Culturas Negras nas Américas ocorreu em 1977, em Cali, na Colômbia e reuniu diversos intelectuais e artistas que fortalecem a identidade negra que vem sendo apagada desde a colonização através de modos coloniais impostos. Clóvis Moura foi determinado como representante do Brasil para divulgar e cuidar dos demais processos para a construção do evento. Inicia-se o processo de enviar cartas convidando intelectuais brasileiros, entre os nomes estavam: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Granes Quilombo.

Assim, após entrar em contato, o IBEA marca uma reunião para definir a delegação e demais ajustes antes da viagem. Na carta, fica explícito como o resquício da escravidão atingia seus descendentes perante a falta de políticas sociais que contemplasse direitos básicos.

Os americanos descendentes de africanos, puros ou mestiços, vêm sofrendo a deformação herdada do sistema escravocrata quer seja na discriminação racial, quer seja pela posição que ocupam na sociedade, sofrendo nas favelas, nos empregos recusados pelos setores mais privilegiados, na miséria mais sub-humana, os resquícios da escravidão (Silva, 2021, p. 86).²

Devido ao regime ditatorial, as viagens internacionais eram monitoradas, assim os documentos a serem apresentados no Congresso eram examinados pelo regime militar, a fim de que nenhuma ideia que se desviava do regime estabelecido fosse difundida. Deste modo, os resumos e nomes do trabalho enviados para o Ministério da Educação foram modificados. Entretanto, o pedido de isenção foi negado e a possibilidade de comparecimento se findou.

² Trecho extraído através do CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Carta recebida de Orlando Fernandes – 25 de maio de 1977.

Apesar da negativa da viagem, a importância da organização coletiva se tornou força para a resistência na construção de espaços sociais da luta negra. Durante esse período inúmeras Fundações de resistência e cultura afro-brasileira foram criadas.

Uma educação antirracista e emancipatória também fazia parte dos pilares do IBEA. Em consonância com o objetivo de trazer à tona personalidades negras como símbolo positivo e de luta, como Carolina Maria de Jesus e Lima Barreto. O IBEA promoveu estudos e homenagens ao escritor, mas também sua perspectiva crítica social. A visibilidade ajudou na construção de perspectivas críticas e emancipatórias que apesar de todo o contexto histórico decorrente daquele período foram essenciais para o repertório intelectual que hoje se tem acesso.

Em 1980, Clóvis Moura foi agraciado com o título de Notório Saber pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), sinalizando, mesmo que tardiamente, o reconhecimento oficial por seu prolífico trabalho intelectual. Entretanto, esse reconhecimento não dissipou sua postura crítica em relação ao saber estritamente institucional.

Ao longo desses anos, quem manteve viva a bandeira do "pensamento moureano", impedindo que ela caísse no esquecimento, foram os movimentos negros, especialmente aqueles associados a uma perspectiva socialista e marxista. O repertório de Moura traz uma análise sobre uma perspectiva revolucionária e de resistência e confronta a ideia do negro passivo e cativo.

Ele foi sem dúvida o pioneiro e o primeiro a desmitificar a ideia do negro submisso que não se importava com sua situação de cativo, e a colocar em pauta a questão de sua participação no processo abolicionista e libertário, habilitando-o como sujeito de sua história e da história do Brasil e tirando-o da posição de mero objeto de pesquisa acadêmica (Munanga, 2014, p. 14).

Em contrapartida, a participação de Moura no Colóquio sobre Negritude e América Latina, em Dakar, no Senegal, se mostrou de suma importância ao debater questões raciais com outros intelectuais de outros países e aprofundar suas observações e pesquisas. Nota-se a inquietude de Moura ao tentar contactar os representantes dos países africanos no Brasil, ao tentar uma reaproximação com a diáspora africana.

Nas cartas enviadas aos representantes destes países, o IBEA reforça o compromisso com a história dos negros no Brasil e na diáspora, o enfrentamento ao racismo e aos problemas sociais advindos da escravidão, a importância da educação e da luta política revolucionária e que entenda e acabe com as opressões vividas pela população negra no Brasil e no mundo (Silva, 2021, p. 72).

A assertividade e o compromisso de Moura com a questão racial possibilitaram conexões com intelectuais estadunidenses e japoneses. Moura expôs sua pesquisa intitulada “Influência do Negro nas Artes Brasileiras” no congresso *Latin American Studies Association* (LASA), ganhando notoriedade e elogios pela pesquisa, adentrando em espaços para além do âmbito nacional, com o ideal da luta antirracista e da valorização da cultura negra.

Entendemos que o projeto inicial do Instituto, se deu também pela inserção de Clóvis Moura no círculo de pesquisadores internacionais, sobretudo naqueles que pautavam o enfrentamento da exclusão do negro na sociedade, no resgate da ancestralidade africana e na luta contra o racismo, isso consolida sua rede de sociabilidade no âmbito internacional, com pesquisadores africanos, estadunidenses, latino-americanos, caribenhos, franceses e até mesmo professores asiáticos (Silva, 2021, p. 76).

Moura descrevia e salientava a importância de formas de resistência. Dessa forma, para Moura (2001), a quilombagem se torna resistência física e mental contra a escravidão, como também união de forças para desestabilizar os valores ideológicos e físicos emergidos pelos senhores de escravos. O escravizado que era visto como passivo e obediente, na visão mouriana é visto como símbolo de luta quilombola e de resistência. Assim, é desenvolvida no livro *Rebeliões da Senzala* (publicado originalmente em 1959).

Por outro lado, se o quilombo era o pólo de negação mais radical daquilo que era institucional no regime escravista, era, também, um polarizador das camadas, grupos ou segmentos de oposição ao sistema: marginais, índios destribalizados, foragidos da justiça ou do serviço militar ou etnicamente excluídos como mamelucos, curibocas, mulatos e mesmo brancos pobres ou perseguidos por diversas razões. Esses excluídos que se refugiavam nos quilombos durante todo o período da sua existência virão reforçar a postura de negação do quilombo e configurar ainda mais o seu radicalismo. Com isto, configura-se no quilombo não apenas a radicalidade social e econômica, mas étnica também, pois a sua população será uma população diferenciada etnicamente sem que sobre essas diferenças se monte uma escala hierárquica que desse valor positivo (ou negativo) a cada conotação étnica, graduando os agentes sociais segundo a sua cor. Com isto, rompia-se o código senhorial que estabelecia a inferiorização da população não-branca em relação ao branco (MOURA, 2001, p. 14).

A quilombagem tinha sua própria forma de organização, entre a família, religião, no desempenho político e social, no lazer e, se fortalece com o objetivo de desestruturar o regime de forma econômica e social, de maneira a atacar o seio da produção. Para Moura, esse papel é cumprido após a abolição.

Este Poder paralelo que se fragmentava e era destruído periodicamente se recompunha e se reestruturava, organizava-se, sobrevivia, vencia, era perseguido e novamente se recompunha com as próprias contradições do sistema escravista e era um fator dinâmico de desgaste permanente à ordem escravista. É, por isto, um Poder político-social que se contrapõe ao outro. O Poder dos senhores de escravos. O seu poder militar embora muitas vezes combatido se rearticulava e na conclusão do processo foi aquela força que mais atuou e demonstrou eficiência. A quilombagem, por tudo isto, foi a força que desgastou, sem interrupção o Poder escravista, foi o único movimento que se contrapôs com eficiência social, cultural e militar à

escravidão, mesmo ocasionalmente derrotado. O Poder da quilombagem por isto, nunca foi definitivamente destruído e só terminou quando terminou a escravidão (Moura, 2001, p. 116).

Moura (1988) em *Sociologia do Negro Brasileiro* traz a realidade do negro no Brasil diante das dinâmicas sociais e raciais advindas dos resquícios da escravidão consolidado por um pensamento social elitista, contribuindo para estereótipos ratificados pela sociologia acadêmica.

Clóvis Moura faleceu aos 78 anos de idade na cidade de São Paulo no ano de 2003, no hospital Albert Einstein, devido a complicações gerais. Estava internado há meses e lutava contra um câncer de garganta. Suas cinzas foram jogadas no rio Parnaíba como relatado em depoimento de sua filha Soraya e seu filho Gustavo. Apesar do acontecimento ter sido notícia de destaque nos dois maiores jornais da capital paulista, *o Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*, não foi realizado o velório de corpo presente e apenas alguns poucos amigos apareceram para se despedirem.

A trajetória plural e rica de sua vida fica agora registrada em um grande acervo de cartas em que trocou com correspondentes no Brasil e no exterior. É verdade que pouco sabemos sobre sua vida pessoal, pois não há diários ou autobiografias escritas pelo autor, é por meio de entrevistas concedidas a partir dos anos 1980 que se verifica a figura de uma pessoa reservada que não comenta sobre a sua vida privada.

Ao longo de sua vida, as poucas narrativas biográficas e autobiográficas que elaborou evidenciam permanente construção, desconstrução e reconstrução de identidades, ao sabor das flutuações dos diversos contextos, sociabilidades e inserções partidárias, para chegar ao fim a uma identidade de dupla face, comunista e negro, nesta ordem. (Malatian, 2022, p. 296).

Esta identidade diversa se exhibe nos seus projetos de pesquisa, nas suas publicações e no envolvimento com numerosos eventos e movimentos sociais. Foi escritor de obras marcantes como também de crônicas e poesias. No entanto, sua personalidade de poeta e cronista pouco se sobressai em virtude da sua militância política. Mesmo sem ter feito carreira na universidade, Clóvis construiu um acervo de obras que encontrou ampla receptividade e reconhecimento dentro e fora dela, se tornando referência em teses, dissertações, livros e artigos.

Bibliografia completa do autor: *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (Coleção Temas Brasileiros, vol. 21.) São Paulo: Conquista, 1977; *A Sociologia Posta em Questão*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978; *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasil/Debates, 1979; *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979; *Os*

quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção Tudo é História; Organizações negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius de Caldeira. São Paulo: o povo em movimento. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1983; Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global Editora, 1983, Coleção Passado & Presente; Imprensa negra. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984; História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1989; As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira. São Paulo: Oficina do Livro, 1990; Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Editora Anita, 1994; Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceio: Ed. Edfal, 2001; Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004; Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi. 6ª edição, 2020; Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

2. ONTEM, HOJE E AMANHÃ: *BOM ESCRAVO E MAU CIDADÃO*

Ontem, visando modificar o sistema colonial escravista e atualmente procurando destruir os entraves, obstáculos e limitações da situação de dependência em que se encontram os seus respectivos países (Moura, 2021, p. 137).

O processo de formação do Brasil se construiu e se constituiu através do sangue e suor do povo preto e indígena. Com o avanço do capitalismo, as formas de exploração foram moldadas de acordo com o tempo histórico, assim foram essenciais para a construção de estruturas hierárquicas de gênero, sociais e raciais estabelecidas para manter a hegemonia do poder. Um sistema opressor, que foi construído num espaço sócio-histórico baseado na banalização da violência e morte de pessoas, majoritariamente, pretas e pobres.

Nesse sentido, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão³, assim também um dos países com o maior tráfico negreiro⁴, um empreendimento de ódio, que ceifou milhares de vidas pretas e indígenas. Enquanto os escravocratas receberam indenização após a abolição da escravidão⁵, os negros foram jogados na rua sem apoio governamental, sem casa, comida, escola, sem emprego, sem perspectiva de futuro. O descaso e o esquecimento jogaram os libertos e seus descendentes à margem da sociedade. As favelas e os cortiços foram sendo ocupados por tais. Tais dinâmicas sociais afastaram o negro da sociedade e foram colocados em guetos, sendo vítimas de doenças, violência e trabalhos precarizados, apagados pelas entidades governamentais e a sociedade civil.

Esse gueto invisível que faz do negro brasileiro ser apenas elemento consentido pela população branca e rica, autoritária e dominante, é que deverá ser rompido se o Brasil não quiser continuar sendo uma nação inconclusa, como é até hoje, isto porque teima em rejeitar, como parte do seu ser social, a parcela mais importante para a sua construção. Sabemos que não serão apenas estudos, livros e pesquisas sem uma práxis política que irão produzir essa modificação desalienadora no pensamento do brasileiro preconceituoso e racista. Mas, de qualquer forma, esses trabalhos ajudarão que se forme uma prática social capaz de romper a segregação invisível, mas operante em que vive a população negra do Brasil (MOURA, 1988, p. 13).

Uma estrutura, que de acordo com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS, 2018), se formou através da construção de relação de poder nas instituições, que traz heranças coloniais, escravista, patrimonialista, coronelista, elitista e machista. A entidade está na defesa

³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-foi-o-ultimo-pais-a-abolir-a-escravidao-na-america/>. Acesso em: 10 de jan de 2024.

⁴ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_escravos_database_pu. Acesso em: 10 de jan de 2024.

⁵ Disponível em: <https://blogdacidadania.com.br/2019/02/escravocratas-receberam-indenizacao-pelo-fim-da-escravidao-os-negros-nao/>. Acesso em: 10 de jan de 2024.

dos direitos humanos presente na banalização da violência causada pelo Estado e seu Sistema de Justiça. De tal maneira, o Relatório do Disque Direitos Humanos (2019, p. 117) afirma que o número da população preta e parda representa 90% das denúncias de violação de direitos humanos. A partir dessa reprodução das desigualdades e discriminação que encarcera e mata a população preta e pobre, vítima de um sistema opressor que reproduz sua exploração desde a escravidão. Assim, o CRESS - RJ (2018) explicita:

Ser intransigente na defesa dos Direitos Humanos é desvelar as expressões particulares do anti-humanismo presentes no cotidiano profissional que devem se pautar pela não naturalização e banalização da violência praticada pelo Estado, pela não reprodução da desigualdade pelo Sistema de Justiça, pela não concentração da riqueza. É ter absoluto repúdio às práticas arbitrárias expressas no extermínio e encarceramento da juventude negra, mais especificamente as moradoras de favelas e periferias, no feminicídio, na violência no campo que mata indígenas e trabalhadores rurais, na destruição da natureza, na LGBTfobia, no isolamento e exclusão da pessoa em sofrimento mental, e em todas as formas de opressão e exploração.

Para Moura (2021), a luta dos escravizados por liberdade expunha as contradições do modo de produção e da formação social brasileira nos períodos Colonial e Imperial. Trazer à tona a totalidade da formação sócio-histórica brasileira é elemento essencial para entender o modelo econômico presente: dependente e periférico.

Logo, Clóvis Moura analisará como o negro passou de *bom escravo* a *mau cidadão* a partir de uma estrutura hierárquica que legitima estereótipos sociais, econômicos e culturais advindo de um passado escravista. Seria o *bom escravo* aquele que através do trabalho escravo constroi a riqueza do Brasil e não se manifesta? Aquele que se cala, que assente, que não protesta e aceita as injustiças sociais? Seria *bom escravo* aquele que aceita os castigos, as torturas, o açoite e o ferro? Seria *bom escravo* aquele que manifestava o comportamento ideal passivamente de acordo com os padrões impostos pelo senhor?

Seria aquele que, engastado no sistema escravista, produzia com o seu trabalho a riqueza econômica do Brasil, o fausto da classe senhorial, a prosperidade dos seus senhores, fazendo, assim, com que o escravismo conseguisse elementos capazes de estabilizá-lo, quer no nível econômico, quer social. Bom seria o escravo que não protestava, aceitava o eito, o feitor, as torturas; aceitava o seu status como sendo eterno e imutável (Moura, 2021, p. 28).

Por outro lado, aquele que resiste, persiste, que não aceita o racismo estrutural e institucional, que não aceita o lugar de subalternidade, que quer ser visto como cidadão se traduz como *mau cidadão*.

Não será, porém, *bom cidadão* o negro que não aceita a discriminação racial, o seu confinamento nas favelas, mocambos e alagados, as restrições que são feitas à sua cor no mercado de trabalho e em muitas instituições, e procura de uma forma ou de outra, encontrar saída para o impasse através da sua participação em movimentos projetivos? É visto ainda como *mau cidadão* negro aquele que vive nas favelas, nos

cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra (Moura, 2021, p. 29).

Portanto, seriam *maus cidadãos* dois tipos de negro: o contestador e o marginalizado. O primeiro questiona e não aceita o seu lugar de subalternidade, se organiza e ocupa os espaços organizacionais. O segundo, devido ao processo de exclusão social pós-abolição, não conseguiu corresponder às idealizações impostas pela classe dominante, de tal maneira que impede a sua ascensão social.

Contudo, Moura traz três pontos que decorrem da marginalização desse ex-escravo. Primeiramente, o poder cognitivo de elevar suas lutas a fim de modificar o sistema estrutural, visto a sua condição de escravo. Segundo, devido ao direcionamento do modelo econômico vigente da época, já que quando se torna trabalhador livre, o mercado o sufoca e tenta eliminá-lo, dificultando assim sua integração na sociedade. Por fim, a sua marginalização pós-abolição, visto que a sua readaptação, inserção e integração na sociedade foi negada.

Ademais, são heranças escravocratas que foram reforçadas pelo racismo científico com o objetivo de excluir o negro das decisões políticas e sociais do Brasil. Com a certeza de que a população negra desapareceria depois de um tempo não foi desenvolvido nenhum plano de ação política e social dos negros no processo econômico e social do país.

Constatou-se que o brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas. [...] Verificou-se, ao contrário, que os níveis de preconceito eram muito altos e o mito da democracia racial era mais um mecanismo de barragem à ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio quer social, cultural ou econômico. De outra maneira não se poderia explicar a atual situação dessa população, o seu baixo nível de renda, o seu confinamento nos cortiços e favelas, nos pardieiros, alagados e invasões, como é a sua situação no momento (Moura, 1988, p. 30).

Contrariando a afirmativa que “somos um povo só”, Moura salienta como o mito da democracia racial afetou o desenvolvimento social, político e econômico das camadas mais pobres, já que o colono afirmava que não possuía preconceito de cor, visto que passou um longo tempo colonizando o negro. Fato este que contraria sua afirmação, tendo em vista que o processo de colonização envolveu exploração, assassinato, estupro, violência, encarceramento e segregação, que coloca o escravo em condições subumanas de existência.

A ideologia mitológica da “democracia racial” é um complemento a do *branqueamento* progressivo pela miscigenação, criada pelos estratos privilegiados da atual estrutura, que não desejam que o elemento plebeu da nossa sociedade (no caso específico, o negro e o mestiço de um cruzamento direto com ele) penetra no seu mundo, friccionando valores estabelecidos, pondo em discussão princípios e carreando a parentela pobre para o seu espaço (Moura, 2021, p. 106).

Gilberto Freyre foi um escritor brasileiro que produziu livros sobre a escravidão no Brasil. Contudo, Freyre idealizou relações de poder e violência no período colonial, banalizando a escravidão e reafirmando o papel do *bom senhor*. Freyre coloca o estupro de mulheres escravizadas como romântico e consensual. Entretanto, os portugueses vieram sós, a falta de mulheres brancas na Colônia submeteu o corpo das mulheres negras novamente como mercadoria. De forma degradante e sistemática, os filhos *pardos* que nasciam continuam escravos, aumentando assim também o contingente de mão de obra escrava.

Mais tarde, a escrita de Freyre sucedeu de base para que estudiosos conservadores o usassem como referência para descrever a escravidão como branda, amigável e apaziguadora, ratificando o papel do negro como *mau cidadão* e do *senhor bondoso*. Fato é que Freyre se “esqueceu” de colocar em sua obra a violência sofrida, os estupros, as mortes, os suicídios e as condições de vida e trabalho da população escrava da época.

Sem contar a expectativa de vida do escravo: entre oito e dez anos. Além das condições de vida e trabalho, também lidava com as doenças expostas que estes não estavam preparados patologicamente. Assim, para o senhor do engenho era mais economicamente rentável repor a mercadoria do que tratá-lo, acontecia o mesmo com o escravo velho que não possuíam mais condições físicas de ser escravizado. Moura (2021) explicita as conjunturas existentes no período colonial que Freyre parece “esquecer” em sua obra:

Para poder traçar convincentemente esse panorama idílico, Freyre usou de um recurso muito hábil: transformou a escravidão doméstica, da mucama, da Mãe Preta e dos pardos, filhos de senhores de engenho e escravas brincando a sombra da casa-grande, como sendo o quadro representativo da escravidão no Brasil. Esqueceu-se deliberadamente, ou retratou de forma atenuada e/ou deformada, da escravidão dos eitos dos engenhos, com escravos trabalhando dia e noite, perdendo dedos e mesmo braços na moagem da cana, sendo torturados, espancados pelos feitos, colocados no tronco e mesmo assassinados. Esqueceu-se de toda uma legislação repressora, dos instrumentos de suplício criados e constantemente usados. Esqueceu-se da fragmentação das famílias dos escravos, fato que violava as suas tradições e normas tribais, e das condições de trabalho em Minas Gerais durante a fase da mineração. Esqueceu-se do enorme número de suicídios, dos escravos que fugiam e eram castigados, muitas vezes mortos ao serem açoitados, especialmente se era chefe de quilombo. Esqueceu-se do verdadeiro quadro da escravidão em nosso país (Moura, 2021, p. 108).

Assim, é notória a inconsistência do *senhor bondoso* nas obras de Freyre e outros sociólogos da época, visto que com a exploração da mão de obra trazia riquezas que reafirmaram o *status quo*. De tal maneira, que o *bom escravo* era aquele que servia sem reclamar, que acostumou com a sua condição de subserviência, com a senzala e com o açoite. Aquele que trazia riqueza e que se conformava com a estrutura social e racial regente da época.

Um projeto de ódio de classe e raça histórico que culmina até os dias atuais. Logo, Márcia Campos Eurico (2018) salienta como a pauperização afeta proporcionalmente mais homens e mulheres negras, em virtude da marginalização, miséria e subemprego. Consequência da exploração, dominação e opressão que para o Estado é benéfico, pois é funcional para o capitalismo e cumpre sua função social. Portanto, a questão étnico-racial e a “questão social” estão inteiramente ligadas, colocando em xeque o mito da democracia racial que a branquitude⁶ tanto prega.

Diante de uma sociedade capitalista cheia de estímulos, da submissão da vida competitiva em um cotidiano alienado, a aceitação do modo de vida capitalista nos prende em paredes sem vida e sem saída. Em condições irreais de perfeição, barreiras invisíveis se manifestam no interior do mercado de trabalho.

Ao perceber os mecanismos existentes para a inserção no mercado de trabalho a fim de garantir melhores condições, o negro tenta se igualar, tenta se aprimorar, tenta se inserir, pertencer. Por fim, quando alcança e se qualifica tecnicamente, os mecanismos mudam para este não se integrar-se.

Os mecanismos não só mudam, mas surgem novas barreiras agudas: estereótipos e preconceitos. Na lógica capitalista e meritocrática atual, a etnia negra e a situação de pobreza são indissociáveis. Dessa maneira, o preconceito se torna natural a partir da realidade social imposta, sendo assim o negro é visto como incapaz, sujo, burro e inferior. Assim, quando buscam trabalho em pé de igualdade, mesmo possuindo as mesmas qualificações, o processo de peneiramento social, racial, econômico e de gênero são diferentes de acordo com o estrato que o sujeito ocupa.

Evidentemente, tais atitudes e representações não se manifestam em um plano consciente, nem se configuram em uma ideologia racista compacta e confessa. É justamente porque as classes dominantes querem manter o aspecto de igualdade no mercado (todos são “livres” para vender a sua força de trabalho) que mantêm o esse racismo larvar, difuso e não codificado, mas que atua dinamicamente e funciona no sentido de manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos estratos superiores e deliberantes, pois a democracia racial que temos lhe proporciona as oportunidades necessárias para isto. Desta forma, ao tempo em que estabelece mecanismo de defesa capazes de impedir que o negro ascenda socialmente, apresta-o como incapaz, em virtude de não ter aproveitado as oportunidades que lhe são oferecidas para nivelar-se ao branco (Moura, 2021, p. 66).

⁶ A identidade branca é uma construção sociocultural historicamente elaborada como uma narrativa de superioridade, contribuindo para a produção e legitimação de violência racial contra grupos não brancos. Essa construção também confere privilégios materiais e simbólicos aos indivíduos brancos. Ruth Frankenberg define: “a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (Frankenberg, 1999b, p. 70-101 apud Piza, 2002, p. 59-90).

No momento em que a população negra entra no mercado de trabalho e busca se incorporar aos mecanismos de dominação e exploração do novo sistema econômico do qual foi expulso, almeja sua ascensão social através de reivindicação de espaços verticais que antes eram tidos como pertencentes apenas aos brancos, este se manifesta através da incorporação de mecanismos preconceituosos para que o negro não alcance tais espaços. Por intermédio de mecanismos busca resguardar sua posição hierárquica social. Assim, se manifesta através do racismo estrutural, institucional e individual.

Como vemos, esse mito é uma representação negativa que está vinculada geneticamente a nossa realidade social contraditória: é um julgamento e uma sentença que partem dos valores dominantes de uma sociedade competitiva e se integram nos seus *mores*, passando a funcionar indiretamente como elemento de barragem que impede o ascenso do negro a níveis mais altos no sistema de estratificação. O negro que compete no mercado de trabalho técnico e qualificado tem de ser barrado através de um processo de achatamento social que o atinja em todos os níveis de interação. A sua permanência no nível de marginalizado socialmente é sustentado por essa ideologia *branca* que o apresenta e ideologiza-o como inferior, malcheiroso, indolente, cachaceiro, ou, então, rebelde, presunçoso, mal-agradecido e agitador (Moura, 2021, p. 117).

De tal modo, pode-se afirmar que a formação histórica e social do Brasil traz heranças coloniais e escravistas até os dias atuais. O racismo estrutural está diretamente ligado ao racismo institucional, uma vez que o racismo estrutural faz parte da estrutura societária, decorrentes de processos sociais, históricos e políticos, e assim formas discriminatórias são reproduzidas nas instituições. Desse modo, as características étnico-raciais hierarquizam as relações de poder na sociedade contemporânea e essas relações se manifestam na estrutura da sociedade, nas esferas econômicas, sociais, políticas e institucionais.

Ao invés de pesquisarem e concluírem sobre fatos e processos mais relevantes da nossa situação racial, tomando o social como fundamental e o cultural como condicionado e decorrente, postura que os levaria inevitavelmente a investigar problemas como a marginalização do negro, o seu comportamento nas favelas, mocambos, cortiços e alagados; a situação dos grupos negros em relação às possibilidades de mobilidade social vertical massiva; as ideologias brancas e formas de barragem contra eles; sua situação diante da sociedade inclusiva a partir do fim da escravidão; o aproveitamento de traços culturais africanos como elementos funcionais para que o negro não caísse em estado de anomia total; os movimentos de fricção de diversos grupos negros pauperizados, que procuram abrir o leque das oportunidades na sociedade chamada branca, e outros assuntos relevantes, ficam adstritos a pesquisas e microanálises formais, de detalhes do seu mundo religioso, separado do contexto social em que eles se manifestaram e/ou manifestam (MOURA, 1988, p. 115).

Assim sendo, o racismo institucional está presente em instituições que fazem parte da sociedade, constituídas por grupos que visam manter a ordem social, como também a hegemonia racial no poder, assim impondo seus interesses políticos, econômicos e sociais. Através do estudo das relações sociais, Almeida (2018) descreve o racismo institucional na

concessão de privilégios a determinados grupos de raça. Portanto, as características étnico-raciais hierarquizam as relações de poder na sociedade contemporânea e essas relações se manifestam na estrutura da sociedade, nas esferas econômicas, sociais, políticas e institucionais.

Exemplo disso é a disseminação da violência através da desumanização da população negra em nosso país, que é resultado da desigualdade gerada pelo processo de sua naturalização (Guimarães, 2005). Entretanto, essas discussões nos levam a conceitos críticos quanto à sociabilidade do território brasileiro e a quase inexistência de reflexões em relação às estruturas do racismo em instituições. Dessa maneira, percebe-se que no interior dessas instituições não há o reconhecimento da existência de artifícios que fazem com que ocorra a disseminação e reprodução do racismo.

O racismo institucional e o racismo estrutural estão presentes ainda nesse contexto da mídia, afinal as instituições carregam os conflitos da sociedade e seu poder de influenciar as pessoas e repassar aquilo que bem quiserem, tal como o racismo. Moura (2021) escreve como a difusão de tais ideologias e estereótipos são difundidos pela música popular, no rádio, na TV, na literatura de cordel e outras formas de comunicação em massa.

Advindo da estrutura e da ordem social, o racismo ainda se propaga com o passar do tempo, para garantir que o capitalismo continue reproduzindo, afinal a raça é uma relação social e estabelecer que uma determinada raça seja condicionada a ser superexplorada, é garantir que existam pessoas para a manutenção da mais-valia, acumulação, centralização e concentração desse sistema.

Desta forma, a existência do negro marginalizado por questões socioeconômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do negro conscientizado, que procura resolver a sua problemática, mesmo nos quadros da atual sociedade, criou a imagem do *mau cidadão negro*. Imagem que é apenas uma racionalização negativa, plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão de obra não qualificada que pode ser comprada a baixo preço quando lhes convier (Moura, 2021, p. 64).

Logo, o racismo estrutural é próprio da estrutura social, a partir de processos históricos e sociais que criam condições de forma sistemáticas. Através desses processos políticos, o Estado pode criar meios repressivos e persuasivos para a reprodução do racismo, seja através da violência, seja através da ideologia supremacista branca.

Por fim, o racismo estrutural está diretamente ligado ao racismo institucional, uma vez que o racismo estrutural faz parte da estrutura societária, decorrentes de processos sociais,

históricos e políticos, assim formas discriminatórias são reproduzidas nas instituições. Assim, é perceptível a existência de uma violência diária, complexa e normatizada.

Esse pensamento racionalizado, por seu turno, funciona como uma ideologia resguardada desses interesses e, depois de certo tempo, se automatiza e passa a integrar o conjunto do pensamento social global. Essa consciência social reificada, que nasce do próprio processo contraditório através do qual a mercadoria é produzida e a força de trabalho vendida na sociedade capitalista, fixa-se e exerce uma função, que aparentemente, nasce de forma *natural*, isto é, como se ela fosse uma decorrência de verdades inquestionáveis e eternas, capazes de direcionar o pensamento e comportamento social de forma definitiva (Moura, 2021, p. 77).

Nas denominadas colônias, povos originários e africanos que foram escravizados, quando não eram animalizados, eram hiperssexualizados, em um contexto que nem eram consideradas humanas. Além disso, esse processo teve o aval científico do evolucionismo. Desse modo, o racismo surge como o solucionador quanto à matança produzida pela soberania dos Estados dominantes, levando em conta que a morte era acompanhada por violações de seu corpo, sua existência e seus direitos.

Essa estrutura hierárquica social e racial, construída através de processos sócio-históricos e políticos, busca resguardar uma ordem social de grupos hegemônicos que utilizam de mecanismos institucionais para defender seus interesses.

Deste modo, *mau cidadão negro* é aquele que integra os planos sociais e ambientes marginais da sociedade, tal como as favelas e os cortiços. Assim também, aquele que se rebela e não se conforma com as barreiras estruturais e institucionais impostas, contudo quando se capacita de forma técnica é tido como “aquele que não sabe mais o seu lugar”, visto que ameaça a ordem social vigente.

Destarte, a classe dominante, juntamente com o Estado, cria meios repressivos e coercitivos para neutralizar as desigualdades sociais e raciais. Da mesma maneira, Márcia Campos Eurico (2018) explicita que a hierarquização da branquitude cumpre função social para o capitalismo, já que a categoria raça constitui, diferencia, hierarquiza e localiza sujeitos na estrutura da nossa sociedade, em um sistema que explora, domina e oprime. Logo, consegue manter o equilíbrio da mão de obra com o exército industrial de reserva através de baixos salários e condições de trabalho precárias, de tal maneira que, garante a alta taxa de mais-valia.

No caso específico do Brasil, o negro, vindo de um passado escravista ainda bem próximo, sofre todas as barragens, diretas ou indiretas, que uma sociedade como a nossa exige que sejam criadas a fim de manter inalteradas as atuais relações de produção. Isto para que ele, conforme já afirmamos, exerça o papel de exército industrial de reserva a fim de que os trabalhadores engajados no processo de trabalho não se sintam entusiasmados para fazer reivindicações *perigosas*. A

barragem é facilitada pela marca ética que os identifica como elementos vindos da massa escrava (Moura, 2021, p. 118).

A impunidade frente ao racismo ainda é um fenômeno contemporâneo. Um sistema opressor, que foi construído num espaço sócio-histórico baseado na banalização da violência e morte de pessoas pretas. Dentro das senzalas na época da escravidão e atualmente na reprodução desses modos coloniais em espaços sociais, culturais, econômicos, políticos, institucionais, seja na violência policial ou no encarceramento em massa. De modo, que o Estado legitima a violência de acordo com o que beneficia o capital.

A violência é quase cotidianamente usada contra eles, através de razias noturnas do aparelho policial. Há falta de elementos de defesa dos membros dessas comunidades marginalizadas quase total. Muitas vezes registram-se “batidas” coletivas feitas pela polícia violentamente, invadindo domicílios. Comumente verifica-se o desaparecimento puro e simples de seus membros, muitos deles delinquentes, que são sumariamente eliminados pelos órgãos repressivos, os Esquadrões da Morte, sem que tenham a mínima possibilidade de invocar, muito menos aplicar, os seus direitos de cidadãos (Moura, 2021, p. 32).

A violência é frequentemente utilizada contra essas comunidades, por meio da opressão e repressão. A falta de meios de defesa para os membros dessas comunidades marginalizadas é praticamente total. Com frequência, ocorrem operações policiais agressivas, com invasões domiciliares e "batidas" coletivas. O desaparecimento abrupto de membros, muitos deles considerados delinquentes, é comumente registrado, sendo sumariamente eliminados pelos órgãos repressivos conhecidos como Esquadrões da Morte, sem que tenham a mínima chance de invocar, muito menos exercer, seus direitos como cidadãos.

3. ESCRAVISMO PLENO E ESCRAVISMO TARDIO: O *MODERNO* PASSA A SERVIR AO *ARCAICO*.

O escravismo pleno é marcado pelo período de 1550 até por volta de 1850, quando juridicamente é proibido o tráfico negreiro. Assim sendo, engloba o reinado de Dom João VI, o Império de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Durante esse período se estrutura a base da economia escravista marcada por classes antagônicas: senhores e escravos.

De tal maneira, que todos os segmentos sociais “estavam ligados por laços de subordinação, direto ou indiretos, aos senhores de terras” (Moura, 2020, p. 59). A sociedade brasileira funcionará dentro dessa rígida estrutura administrativa, judiciária e política, sem alterações substanciais em sua essência, praticamente até 1850.

A aquisição inicial de terras frequentemente era seguida pela obtenção de escravos. Entretanto, à medida que o número de escravos aumentava, crescia simultaneamente a insatisfação e as guerras contra os colonos, através do surgimento e fortalecimentos de quilombos como o de Palmares, as fugas, as guerrilhas, os suicídios, o descaso pelo trabalho e as insurreições urbanas.

As dinâmicas da sociedade eram intrinsecamente moldadas pelas relações de produção escravistas. Essa economia, por sua vez, anteriormente descrita como uma "vasta empresa comercial", só poderia expandir-se e comercializar sua produção substantiva ao se tornar compradora de uma mercadoria viva: o escravo. Sem a obtenção do escravo o sistema escravista não se sustentava. Moura (2020, p. 63) descreve: “Era a mola propulsora de tudo aquilo que dava vida ao sistema e que, ao chegar, era ordenada de acordo com a sua divisão interna do trabalho”.

Dito isso, somente a escravidão, com seu sistema rígido de dominação e controle, poderia atender aos requisitos necessários para que a empresa colonial se tornasse um sistema lucrativo tanto para os vendedores quanto para os compradores.

Dentro do sistema escravista, ocorria a divisão do trabalho, verificando-se uma estratificação das atividades, na qual os escravos eram separados de acordo com setores específicos, assim havia escravos de eito, destinados a atividades extrativas que incluíam a agropecuária, atividades como a colheita de algodão e tabaco, entre outras, além de envolvimento na agroindústria, produção agrícola e pecuária, além dos escravos na mineração que se dividiam em minas de ouro e diamantes. Assim também existiam os escravos domésticos urbanos que se separavam em: ourives, ferreiros, mestres de oficinas, pedreiros, taverneiros, carpinteiros, barbeiros, calafetes, parteiras, correios e corretores em geral.

Outrossim, dentre os escravos domésticos nas cidades e casas grandes, em geral, havia os carregadores de loterias, caçadores, mucamas, amas de leite, cozinheiras e cocheiros. Já os escravos de ganho nos centros urbanos eram os barbeiros, médicos, vendedores ambulantes, carregadores, músicos, prostitutas e mendigos. Por fim, outros tipos de escravos que compreendiam os escravos de cantos, soldados da Nação, escravos do Estado, de conventos e igreja, reprodutores e de aluguel.

Essa estratificação resultava na formação de uma hierarquia dentro da estrutura da escravidão, influenciando o comportamento dos escravos, seja na resistência de tais modos coloniais. Os escravos de eito, nesse contexto, eram mais propensos a sofrer punições e castigos físicos. No entanto, em qualquer cenário, os escravos estavam sujeitos à dominação e exploração, tanto econômica quanto extraeconômica. Para as mulheres escravas, tal dominação incluía também a exploração sexual. Sendo assim, o escravo era mercadoria e produtor de mercadoria.

De maneira analógica, advindo da herança escravocrata reforçada pelo racismo científico, o trabalho braçal é ligado às pessoas pretas, se manifestando ideologicamente nas camadas da estrutura da sociedade, que lugares de alto poder não deveriam ser ocupados por tais. Lélia Gonzalez (1984) explicita em sua obra como os dias atuais representam fielmente o racismo que as mulheres pretas sofreram na época da escravidão. Uma estrutura capitalista formada pelo pensamento colonial que segrega as mulheres pretas a ocuparem determinados espaços de trabalho que precisam lidar com o público, pois em uma sociedade moldada através de um padrão de beleza eurocêntrico, para ter boa aparência é necessário ser branca/o.

Dito isso, os postos de trabalho para os homens pretos são majoritariamente ligados ao trabalho braçal, isso quando não estão sendo alvo de perseguição policial. Numa sociedade que se formou na estruturação e naturalização da violência racial, atualmente é vivida cotidianamente por grande parte da classe trabalhadora que reside no território brasileiro.

As formas de exploração, banalização da violência e morte de pessoas pretas foram sendo moldadas com o avanço do capitalismo. Apesar da abolição da escravidão, a estrutura hierárquica social e racial encontra outras maneiras de naturalizar a violência e morte de pessoas pretas. Atualmente, no Brasil, 75% dos assassinatos são de jovens pretos⁷. A dificuldade de inserção no ensino superior também é eco da escravidão, somente 0,7% dos

⁷ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/08/31/atlas-da-violencia-75-das-pessoas-assassinadas-no-brasil-sao-negras>

pretos ocupam cargo de alto poder⁸, somados ao racismo no mercado de trabalho, diferença salarial e desigualdade social. Assim também, continuam sendo maioria nos trabalhos mais precarizados.

Esses episódios de tortura física e psicológica permearam não só o período escravista, mesmo após a abolição, e nos dias atuais, ainda há uma violência simbólica, institucionalizada e por muitas vezes explícita para com as pessoas negras. Essa violência marcada por um racismo estrutural, institucional e cotidiano é marcada também pela forma como o Estado procurou se desenvolver sem levar em consideração a história do povo negro no Brasil, as políticas de branqueamento, privação de direito jurídico; o não pagamento da dívida histórica que esse país tem com a população negra é uma das ferramentas que impossibilita a paridade social e racial (Silva, 2021, p. 128).

Igualmente, a chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808, acompanhado por mais de 10 mil pessoas, entre magistrados, nobres, militares, corpo diplomático, intelectuais, conselheiros, clero e políticos, determinou medidas significativas no Rio de Janeiro. As medidas implementadas incluíram a abertura dos portos a todas as nações, estabelecendo condições para um comércio internacional desimpedido de escravos e livre das restrições do monopólio colonial. No entanto, a efetivação do comércio foi limitada, uma vez que as nações estavam envolvidas nas guerras napoleônicas, restando apenas a Inglaterra como parceira comercial.

Esse liberalismo manifestava-se como um *liberalismo escravista*, visto que o discurso liberal se estendia apenas até os limites das relações existentes uma vez que a sociedade civil brasileira negava a população escrava em suas estruturas institucionais. Diante disso, todas as melhorias que beneficiaram e urbanizaram o Rio de Janeiro foram realizadas por meio da exploração, do sangue e suor dos escravizados. Por conseguinte, Moura (2021) traz dados que comprovam como a chegada da família real consolidou o sistema escravista.

Em 1798, dez anos antes da chegada de Dom João VI ao Brasil, a sua população escrava era de 1.582.000, perfazendo 47,9% do seu total. Em 1818, três anos antes de seu regresso (26 de abril de 1821), tinham entrado 350.000 escravos africanos, elevando, com isto, para 52,5% o seu percentual no total da população. (Moura, 2020, p. 74).

Com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós⁹, emerge de maneira concreta o embrião de uma burguesia dependente, que surge tardiamente como classe e que não poderia

⁸ Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/racismo-estrutural-segrega-negros-no-mercado-de-trabalho-548e>

⁹

A Lei Eusébio de Queirós foi promulgada em 4 de setembro de 1850, no Brasil. Essa legislação proibiu o tráfico transatlântico de escravos, buscando combater o comércio internacional de africanos escravizados. A lei recebeu esse nome em homenagem ao político e abolicionista brasileiro Eusébio de Queirós, que desempenhou um papel fundamental na sua elaboração e aprovação.

desempenhar as funções dinamizadoras atribuídas a uma burguesia clássica nos moldes europeus. Moura (2020, p. 75) explica: "Aquilo denominado por Caio Prado Jr. de *O império escravocrata e a aurora burguesa* (1850-1889) é o período no qual o escravismo entra em crise progressiva a que denominamos de *escravismo tardio*". Essa burguesia emergente se consolidava como burguesia subalterna, já que os seus espaços econômicos, sociais e culturais já haviam sido ocupados e prosseguia independente dela.

A chegada de Dom João VI e, posteriormente, a independência não provocaram crises estruturais no sistema escravista. Embora ambos os períodos tenham assinalado o término do sistema colonial e o início da economia mercantil escravista, houve uma transferência dos mecanismos reguladores do sistema para o Estado Nacional. No entanto, a exploração escravista persistiu e, assim, em 1830 o Brasil se consolidou como maior produtor mundial de café.

Durante esse período, Moura (2020, p. 76) descreve que: "Nessa fase, o número de escravos em regiões como a Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, em alguns momentos, é maior do que a de homens livres".

Isso estabelecia uma condição de completa dominação sobre o elemento escravizado produtor, envolvendo tratamento subumano, punições, torturas e um sistema despótico de controle social. Isso era complementado pelo aparato estatal intimamente ligado à preservação dos privilégios dos senhores. A missa de domingo servia como espaço de ratificação do *ethos* social do senhor, onde era avaliado de acordo com o número de escravos acompanhantes.

Quando se diz que ocorreu uma *modernização sem mudança*, sugere-se que houve alterações nos setores econômico, tecnológico e cultural. No entanto, as relações de trabalho permanecem atrasadas.

Essas contradições se evidenciam nas estruturas sociais, tanto nas relações de trabalho quanto no âmbito ideológico, onde certos grupos reproduzem o que há de mais moderno. Contudo, ao aplicar essa ciência e tecnologia, são as instituições e a elite que detém o poder de execução, com a intenção de preservar o passado e almejam estruturas sociais inalteradas. Moura (2020, p. 82) traduz em uma frase: "Em outras palavras, o *moderno* passa a servir ao *arcaico*".

A peculiaridade do Brasil torna-se evidente quando observamos que, enquanto os países europeus e os Estados Unidos estão passando por processos de modernização, no Brasil esses novos recursos científicos e tecnológicos eram aplicados em um contexto ainda marcado pela existência da escravidão. Assim, relações capitalistas são estabelecidas a partir de uma base escravista.

O longo período de escravidão impediu o Brasil de desenvolver um capitalismo nacional independente, resultando na subordinação econômica e cultural do país aos países centrais que lideravam o mercado capitalista global.

À medida que o país se endividava, o processo de dependência aumentava. O processo de industrialização estava igualmente sob a subordinação do capital britânico, abrangendo setores como estradas de ferro, portos, agroindústrias, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transporte coletivo e mineração. Moura (2020, p. 85) afirma que: “Em fins de 1880 havia no Brasil 11 companhias inglesas de estradas de ferro, tendo esse número aumentado progressivamente, chegando, dez anos depois, a vinte e cinco.” As construções eram estrategicamente planejadas, visto que a construção de estradas em direção ao litoral facilitaria o transporte dos produtos para exportação.

Similarmente acontece no setor bancário, onde o London and Brazilian Bank estabelece no Rio de Janeiro com filiais na Bahia, Pernambuco, Santos e no Rio Grande do Sul. “Por volta de 1913, os ativos dos bancos britânicos que operavam no Brasil, constituíam quase 30% dos ativos locais de todos os bancos estrangeiros que operavam no Brasil” (Moura, 2020, p. 86).

Também exerciam controle na área da navegação; os britânicos detinham mais de 10 empresas fluviais no país. Além de influenciar a navegação fluvial e costeira, também dominavam o comércio exportador e importador, bem como o setor de seguros das cargas. A Inglaterra assumiu o controle do serviço postal. Adicionalmente, os ingleses exerciam influência sobre o comércio, como observado por Moura (2021, p. 87), que destaca que os fardos eram encaminhados para 63 comerciantes, dentre eles 41 eram ingleses.

Detinham o mercado de tecidos, mandavam: lenços, brim de linho, casimiras, merinós, filó branco, rendas de algodão, que eram revendidos no varejo por comerciantes britânicos. Isso resultou na destruição, parcial ou total, dos produtos artesanais, os quais foram substituídos por produtos industrializados. Mesmo as vestimentas dos escravos, que anteriormente eram confeccionadas com tecidos nacionais de forma artesanal, foram substituídas por tecidos importados. Ferramentas como facões, foices e enxadas também passaram a ser importadas. Moura (2020, p. 88) salienta “jamais podiam supor que o trabalho escravo, até nesse detalhe, contribuía para enriquecer os capitalistas da Inglaterra.”

Os senhores de escravos buscavam se integrar no processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência. Medidas não seriam extremas desde que os seus privilégios de classe se mantivessem na transição do escravismo tardio para o trabalho livre, assim usada de meios políticos para a permanência da escravidão. As oligarquias latifundiárias tentavam

continuar com a posse de terra, símbolo econômico e social de poder. “Essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar a posse da terra: a vinda de imigrantes” (Moura, 2020, p. 89).

Tanto a passagem do escravismo pleno quanto do escravismo tardio o campo atuou como elemento importante na economia escravista, desde a grande produção de cana de açúcar e café. A exportação de açúcar no Nordeste aumentou consideravelmente no período de 1850-1875 e os ingleses dominaram mais uma vez a exportação quanto aos direitos alfandegários negados à Grã-Bretanha. Até que o açúcar perde sua relevância e é substituído pelo café, que surge como o substituto ideal para o mercado inglês.

Por volta de 1834, cerca de três quartos do açúcar, metade da safra de café e cinco sextos do algodão eram transportados por conta dos ingleses. No entanto, com exceção do algodão, uma parcela muito pequena desses produtos realmente desembarcava na Inglaterra. Quanto ao café transportado. “Do café embarcado no Rio, por exemplo, mais de trezentos e cinquenta mil sacas eram enviadas para os Estados Unidos enquanto as Ilhas Britânicas recebiam menos de duzentas mil” (Moura, 2020, p. 90). Assim, a Inglaterra assumia o papel de principal redistribuidora do nosso café, obtendo lucro nesse processo de comercialização entre a Europa e Estados Unidos.

Empresas de gás de posse britânicas estavam presentes em várias cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Salvador, Fortaleza e Rio Grande do Sul, no ano de 1876. No entanto, os britânicos além de impulsionarem a modernização no Brasil, também buscavam impedir o desenvolvimento da economia, especialmente nos setores bancário, ferroviário e industrial em crescimento. Moura (2020, p. 91) ratifica a “diferença de tratamento: enquanto o projeto ou empresa é nacional, crescem as dificuldades, faltam as garantias; quando passam a gestão externa, acabam as dificuldades, crescem as garantias”.

Essa condição de alienação da economia brasileira também se reflete na persistência do trabalho escravo. Com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico internacional de escravos, aumentou o preço de compra e da mão de obra.

Em vista disso, a modernização seguia dentro de bases escravistas, quando o telégrafo se torna instrumento de controle do contrabando de escravos. A invenção do telégrafo inovou a comunicação e assim o historiador Pedro Clamon afirma que após a implementação da Lei Eusébio de Queirós era necessário comunicação rápida com o Litoral, de maneira a monitorar o embarque de negros. Contudo, da mesma forma, esse telégrafo era usado para denunciar negros fugidos, sendo que um exemplo era o *Clube do Cupim*, em Pernambuco. Moura (2020, p. 95) enfatiza que: “Era, portanto, uma modernização que tinha como função social o

controle de mudança processada na estrutura da sociedade escravista na época, em benefício da classe senhorial”.

Da mesma maneira, a inovação na navegação a vapor foi usada nos navios que transportavam escravos. “Mais uma vez o *moderno* prestava serviços ao *arcaico*” (Moura, 2020, p. 95). Entretanto, a medida aumentou a mortalidade dos escravos, especialmente aqueles que ficavam perto das caldeiras dos navios. Igualmente, a linha ferroviária era usada pelas tropas para a invasão de sítios quilombolas. Conclui-se que “os escravos estavam totalmente privados dos seus benefícios e direitos de cidadania” (Moura, 2020, p. 96).

O processo de modernização introduzido em um sistema de produção escravista leva o Brasil a contrair progressivamente dívidas com os agentes internacionais. A crescente dependência se intensifica à medida que a modernização avança. Moura (2020, p. 97) enfatiza que “o Brasil, desde então, como cliente pagador de juros escorchantes e consecutivos, sem conseguir sair do círculo vicioso de pagar juro e continuar devendo.” Empréstimos que vão desde o primeiro Império e que continuaram a crescer, acrescidos com os pagamentos dos fretes e seguros do comércio exterior.

Esse processo de transição e preparação para o trabalho livre no Brasil foi marcado pela implementação de cinco medidas: a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei de Terras (1850), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigratória.

3.1 TARIFA ALVES BRANCO

A Tarifa Alves Branco (1844) tinha o propósito de racionalizar o sistema escravista, apresentando um caráter protecionista voltado para um setor industrial praticamente inexistente. Seu objetivo principal era servir de absorção da mão de obra estrangeira excedente do setor rural. Funcionando como um mecanismo regulador das importações e exportações, estabelecia que os direitos sobre mercadorias e gêneros estrangeiros fossem uniformemente fixados em 15% para todas as nações, sem distinção de procedência.

Essa tarifa desempenhou um papel crucial como componente capitalista nas relações econômicas e sociais desse período. Além disso, procurava proteger a classe do proletariado *livre* que estava sendo incorporada a esse novo modelo econômico, no caso os trabalhadores imigrantes.

Foi negado ao negro a possibilidade de integrar o novo modelo econômico, antes mesmo de ser livre. Moura (2020, p. 101) destaca: “O negro escravo via, assim,

antecipadamente barradas as possibilidades de - ao sair das senzalas encontrar espaços para a sua integração na nova ordem econômica cujas premissas estavam sendo dinamizadas”.

A Tarifa Alves Branco além de ser uma reação contra os interesses britânicos, também visava ampliar as receitas alfandegárias, contribuindo para fortalecer o Tesouro Nacional. Além disso, suas medidas foram desenhadas para diversificar o mercado de trabalho, aumentar a criação de empresas nacionais, aumentar a receita do país e influenciar uma revisão nas tarifas sobre o açúcar por parte da Inglaterra,

A partir do século XIX, a entrada de imigrantes europeus foi mediada diretamente pelo governo, além de servirem como força de trabalho os pensadores e políticos da época tinham como objetivo embranquecer a população. Já que somente os estrangeiros dominariam “as técnicas mais avançadas de produção”, de tal maneira que a vinda dos imigrantes também ajudaria a embranquecer a população.

João Baptista, antropólogo e médico, afirmou no I Congresso Internacional das Raças, em 1911: “A população mista do Brasil deverá ter, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia mais o elemento branco desta população, acabarão, depois de certo tempo, por sufocar os elementos nos quais poderia persistir ainda alguns traços do negro”¹⁰. Moura (2020, p. 102) enfatiza:

Acrescente-se a isto todas as variantes da ideologia do *branqueamento* - racistas - da sociedade brasileira preconizada pelas nossas elites deliberantes e poder-se-á ver até que ponto essa *massa* de mão de obra em potencial da parte do escravo estava excluída desse processo. Além das intenções protecionistas e fiscais, havia embutida, sub-repticiamente, uma intenção de modernizar o Brasil sem

Dessa maneira, após a abolição o número de desocupados era o dobro dos trabalhadores livres. O negro que antes era o principal alicerce na produção da economia escravista brasileira, agora é excluído do processo de desenvolvimento do novo modelo econômico capitalista. Restou para o ex-escravo a superexploração da força de trabalho, condições insalubres de trabalho e jornadas de trabalho exaustivas. Moura traduz como a *economia da miséria*.¹¹

Em contraponto, a entrada de imigrantes foi mediada diretamente pelo governo, concedendo a assistência necessária. Conseqüentemente, o ex-escravo, recém-saído das senzalas e, agora liberto, não possuíam uma cidadania que estabelecesse competir igualmente com o novo concorrente.

¹⁰ Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm>

¹¹ Moura (2021) salienta que a economia brasileira é baseada em uma estrutura de exploração e opressão advinda da escravidão. Assim também, como a economia do país é influenciada por uma economia dependente fomentado pelo racismo.

Sendo assim, as relações sociais foram reproduzidas de forma autoritária e desigual, com raízes de discriminação racial, com equivalência entre ser negro e indivíduo privado de liberdade e autonomia. Enquanto os imigrantes ocupavam espaços mais dinâmicos da economia, os trabalhos braçais e menos remunerados foram designados para a população negra. Essa dinâmica não tinha a ver com falta de preparo ou experiência, já que as funções como médico, enfermeiro, professor eram executadas pelos negros escravizados. Moura 2021, p. 49) afirma que sobrou para o negro “exatamente aquilo que ninguém queria fazer”.

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substitui os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão (Moura, 2021, p. 49).

Outro mecanismo regulador e de controle foi a Lei de Terras, que tinha como objetivo equilibrar e resguardar os interesses dos senhores fundiários diante da possibilidade de integração dos ex-escravos por meio da doação de terras. Dado que, sob a legislação vigente, as terras eram propriedade do Estado, lhe cabia doar e distribuir. O Estado passou a vender as terras para aqueles que possuíssem capital suficiente para adquiri-las. Isso significava que, “dado o seu grau de descapitalização” tornava-se praticamente impossível para os ex-escravos adquirirem propriedades pós - libertos.

3.2 A LEI DE TERRAS

Da mesma forma, a Lei de Terras, regulamentada em 1850, retirou do Estado a sua responsabilidade social, transformando a terra em uma mercadoria. Isso resultava na impossibilidade para os ex-escravos recém-libertos reivindicarem ou solicitarem ao poder imperial uma indenização considerada "por direito" durante o período de escravidão. Por outro lado, essa legislação beneficiava os estrangeiros. Moura (2020, p. 107) argumenta que: “A Lei de Terras, se de um lado *democratizar* as possibilidades da sua aquisição mediante compra ao governo, de outro, o que provocou na prática foi uma barreira real para os ex-escravos após a Abolição, de adquiri-las”.

Trazer à tona a totalidade da formação sócio-histórica brasileira é elemento essencial para entender o modelo econômico presente: dependente e periférico.

Atualmente, com a ofensiva do capital, em uma sociedade que é tirado o direito à terra e seus meios de sobrevivência, a única ferramenta que sobra para vender é o corpo - a sua

força de trabalho. O corpo vira instrumento de trabalho, os desejos são reprimidos, as vontades apagadas e a vida homogeneizada.

A monocultura, o latifúndio e a economia agrária advêm da economia escravista do passado através da mão de obra escrava nos campos de café, cana de açúcar e algodão. Atualmente, a economia agrária tem suas raízes nas estruturas coloniais e na superexploração da mão de obra, principalmente de sujeitos marginalizados.

Diante desse contexto, a terra, que antes tinha um propósito como fonte de desenvolvimento, seja comunal e de subsistência, se transformou em propriedade privada nas mãos de poucos, mas grandes proprietários de terra, eliminando o trabalhador rural do acesso à terra.

O Estado atua como regulador do processo de expropriação da terra através da financeirização e industrialização da agricultura, de legislações que beneficiam apenas o monopólio do agronegócio¹². Assim, reproduz mecanismos que impedem os cidadãos de exercer sua soberania e autonomia alimentar, a fim de ficar refém de uma cultura da monocultura, do agrotóxico, do não acesso ao direito, do capital.

No capítulo 24 do livro *O Capital* (2013), Marx, ao abordar a assim chamada acumulação primitiva, apresenta uma análise histórica sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, apresentando os fundamentos que possibilitaram a construção de uma nova estrutura societária e econômica. A partir dessa nova estrutura hierárquica dominante, o Estado cumpre papel fundamental na formulação de leis, no uso da coerção, opressão, repressão e violência para legitimar seus interesses.

Marx (2013) descreve como a separação entre trabalhadores e meios de produção é elemento essencial para as condições de emergência da relação capitalista. Separar, conservar e reproduzir.

Com o avanço do capitalismo, as formas de violações foram moldadas de acordo com o tempo histórico, assim sendo essencial para a consolidação de estruturas hierárquicas sociais. A expropriação de terras da população rural resulta na concentração de poucos, mas grandes proprietários de terras. A utilização de terras, principalmente para pasto, visando a lã aumenta o trabalho assalariado na agricultura, bem como o monopólio da terra e a expansão da produção de gado. A terra se torna comércio, assim como a força de trabalho humana, vista como potencial de mais-valia.

¹² De acordo com Leite e Medeiros (2012), no livro *O Dicionário da Educação no Campo*; o termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços.

O trabalhador, que antes era autônomo, agora é separado do seu meio de produção, seu trabalho é transformado em salário e seu produto em mercadoria, separa o campo da cidade e a agricultura da manufatura. Antes, a família possuía contato com a matéria-prima, agora alienado do seu processo de trabalho, possui apenas contato com a manufatura, onde vendem sua força de trabalho e seu produto é vendido como mercadoria, para o próprio mercado capitalista. O trabalhador que antes cultivava seu algodão para produzir meios de subsistência como, por exemplo, roupas, agora não possui acesso a matéria-prima e aos meios de produção fundamentais, tendo assim que vender sua força de trabalho e gastar seu próprio salário para consumir do mercado capitalista para comprar uma roupa, que antes produzia.

A terra, que antes era fonte de desenvolvimento coletivo, perde seu valor de subsistência devido às transformações agrárias e se torna privado e de poucos. O Estado entra mais uma vez como regulador da violação de direito, com a monopolização do âmbito agrário; a terra como direito burguês e não de todos.

Os latifúndios são conservados e o negro se vê na margem da sociedade, excluído, analfabeto e na miséria, sem possibilidade de se inserir na nova ordem econômica, que faz de tudo para que este se mantenha na margem para assim servir de exército industrial de reserva. O modo de produção capitalista comprime ao máximo o negro para continuar marginalizado, para assim gerar mais lucros que atenderão às expectativas do monopólio internacional.

Desse modo, após a expropriação da terra, dos seus meios de subsistência e a transformação da agricultura em comércio, a insegurança alimentar assola milhões de pessoas. Somado com o desmonte das políticas públicas para os mais pobres, o Brasil voltou ao mapa da fome em 2022. Segundo o Relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)* publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) o número de pessoas em situação de insegurança grave é de 21,1 milhões, quando se trata da insegurança alimentar regulada o número sobe para 70,3 milhões¹³.

No contexto brasileiro e latinoamericano, antes da monopolização da terra e a invasão dos europeus, os povos originários possuíam uma relação sagrada e comunal com a terra. De tal maneira, os modos de organização e de expressão dos povos originários foram massacrados pela investida colonial com base na exploração, dominação, expropriação e violência. Um projeto de apropriação privada de excedentes, que hoje aprofunda o processo

13

Disponível

em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>

de acumulação em uma ofensiva reacionária, anteriormente colonial, que hoje assume sua face neoliberal.

3.3 LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS

Moura (2020, p. 119) assinala que esse contexto foi marcado pela revisão ideológica da chamada opinião pública, que se tornou mais sensível às transformações nas relações internas da sociedade brasileira, começaram a ser promulgadas as primeiras leis protetoras. Essas incluem a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), a Lei que extinguiu a pena do açoite (1886), a Lei que proibiu a venda separada de escravos casados (1869), entre outras. Essas leis tinham como objetivo principal proteger o escravo, considerando-o como uma mercadoria valorizada, agora que sua reposição não era mais possível da maneira como era antigamente.

As relações capitalistas foram introduzidas de maneira externa, com influência do centro capitalista para a periferia dependente condicionando aspectos econômicos, sociais e culturais. Na segunda fase do escravismo, os escravos não são mais importados da África, mas sim negros nascidos no Brasil. Nessa nova etapa, os mecanismos reguladores também exercem influência no comportamento dos senhores. Moura (2020, p. 122) descreve:

O encarecimento do escravo, as leis protetoras, a opinião pública e a imprensa são mecanismos que passam a influir no tratamento dado aos escravos, embora, na sua essência, continue tão despótico e irracional como no início. Tudo isto produz um novo alinhamento entre escravos e senhores nessa fase do modo escravista que se decompunha.

No entanto, uma constante persiste: o escravo permanece como mercadoria e propriedade do senhor, mantendo-se como capital fixo. Ainda assim, há mudanças no comportamento dos escravos, já que com a proibição do tráfico internacional, perdurou o tráfico interprovincial, que desarticulava as famílias escravas. A lei que impedia a fragmentação da família só foi promulgada em 1869. Nesse processo de dominação, são estabelecidas condições para que a abolição ocorra de modo a permitir que os senhores encontrem na transição para o trabalho livre, a continuidade e preservação de seus interesses e privilégios.

Com a Lei Eusébio de Queirós “esvaziou, assim, a dinâmica demográfica que sustentava a escravidão” (Moura, 2020, p. 124). Houve, claro, tentativas de burlar a lei, um caso emblemático é o de Sirinhaém na Província de Pernambuco, em 1855.

No desembarque em Serinhaém, uma das mais proeminentes famílias aristocráticas da região nordestina estava envolvida. As investigações das autoridades inglesas revelariam a suspeita do Presidente da Província, o conselheiro José Bento. Contudo, o caso Serinhaém resultou na maioria dos africanos apreendidos nos engenhos dos Cavalcanti. Além disso, o dinheiro usado para a compra dos escravos foi tirado da Tesouraria da Fazenda, pelas verbas de Repressão do Tráfico e Polícia Secreta. “Os doze últimos escravos, continua Menezes Drummond, teriam sido adquiridos, através do Dr. José Felipe de Souza Leão. Todo esse dinheiro foi tirado da Tesouraria da Fazenda, pelas verbas de Repressão do Tráfico e Polícia Secreta” (Moura, 2020, p. 128).

Uma série de relações de cumplicidade, participação e conivência entre as autoridades evidenciou indícios que incriminariam as autoridades brasileiras. Nesse contexto, a maioria dos funcionários também eram grandes proprietários de escravos.

Mas há, também, para isso, uma solução: os senhores de escravos instruem os indivíduos suspeitos, que naturalmente ainda não falam o português, por bem ou por mal, a responder 'Minas' a cada pergunta dos juízes. 'Como você se chama?' Resposta: 'Minas' um nome muito comum entre os escravos. 'Onde você nasceu?' Resposta: 'Minas, uma das províncias principais do Brasil, mas também uma tribo muito importante de negros africanos, que fornece aos brasileiros a melhor carne humana. 'Onde você trabalha?' Resposta: 'Minas'. Minas são as minas de ouro e diamantes e constituem uma importante riqueza do país. O juiz que, naturalmente, também possui escravos, anota as três 'Minas', arquiva os autos, e a questão está resolvida, para satisfação de todas as partes (Moura, 2020, p. 131).

Dessa maneira, o abastecimento agora se dá pelo tráfico interprovincial, caracterizando-se como uma faceta do escravismo tardio. Este tráfico, por sua vez, também foi posteriormente proibido, à medida que fortaleceu ainda mais a política imigratória.

3.4 GUERRA DO PARAGUAI

A Guerra do Paraguai¹⁴ teve impactos abrangentes em vários setores econômicos do país, afetando o trabalho, a indústria, o comércio e a política, conseqüentemente influenciando as relações escravistas. Houve uma redução significativa de crédito para o comércio e a indústria, impactando diretamente as casas concessionárias envolvidas na operação do café. Além disso, o setor bancário foi duramente atingido, enfrentando falências e o fechamento de bancos.

¹⁴ A Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870, envolvendo o Paraguai e a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. As causas incluíam disputas territoriais e políticas, bem como a pretensão do Paraguai em expandir seus territórios na região do Rio da Prata, o que resultou em descontentamento por parte do Brasil e Argentina. Por fim, Brasil e Argentina formaram uma aliança militar com o Uruguai para conter a expansão do Paraguai.

O papel desempenhado pelos negros e escravos durante a guerra ocorreu de forma abrangente nesta dinâmica, devido a participação compulsória dos escravos não havia alternativa a não ser lutar. De tal maneira, os senhores e seus descendentes observavam o conflito comprando escravos para lutarem em seus lugares na guerra, ao passo que se estima que entre 60 e 100 mil negros perderam a vida durante o conflito.

Os filhos dos senhores de escravos ficavam em casa, enquanto os senhores, no seu absentismo cívico e patriótico assistiam confortavelmente o desenrolar do conflito. Por tudo isto, não é de espantar o grande número de óbitos entre escravos e negros durante os anos que durou a guerra (Moura, 2020, p. 136).

Por outro lado, havia também escravos que fugiam de seus senhores para se alistar, buscando alcançar a liberdade prometida. “Era, portanto, uma forma de evasão ao sistema” (Moura, 2020, p. 137). Consequentemente, o exército se formou por escravos negros - compulsoriamente e voluntariamente -, capoeiras, negros forros, mulatos desocupados, assim “para cada soldado branco havia nada menos do que quarenta negros” (Moura, 2020, p. 137). As elites *brancas* também viram como oportunidade de se livrar dos ditos *escória* da sociedade.

Esta descrição nos mostra como as elites *brancas* se preservaram, mandando para a linha de frente aquela população da qual elas queriam se descartar por motivos sociais e raciais: a *escória*, segundo observação de fundo racista de von Versen. Neste episódio a ideologia do *branqueamento* funcionou de modo dinâmico, procurando reestruturar e ordenar etnicamente a nossa sociedade através de uma política seletiva e racista na qual os membros dessas elites *brancas* somente participavam do conflito (quando participavam) nos seus níveis deliberantes: postos de comando (Moura, 2020, p. 137).

Enquanto o exército brasileiro se autoproclamava libertador do povo paraguaio, a escravidão ainda persistia em seu próprio país. Nesse ínterim, se por um lado recrutaram os escravos para lutar na Guerra do Paraguai, por outro faziam de escravos os prisioneiros paraguaios, buscando restabelecer a mão de obra perdida. Quando os comandantes aliados enviaram uma proposta de rendição de Uruguaiana ao general Estigarribia, este indaga o Brasil.

Vossas Excelências mostram tanto zelo em dar liberdade à nação paraguaia, segundo suas próprias expressões, por que não começaram Vossas Excelências pela libertação dos infelizes negros do Brasil, que formam a maior parte de sua população e que gemem sob a mais dura e terrível escravidão para enriquecer e manter na ociosidade algumas poucas centenas de grandes do Império?

Moura (2020, p. 142) afirma que aqueles que foram para a Guerra do Paraguai adquiriram maior consciência crítica da sua condição. Seu nível de consciência era, portanto, muito mais abrangente do que aquele que poderia ser alcançado na senzala. Terminada a guerra era impossível manter os negros acatados, submissos.

3.5 PROCESSO ABOLICIONISTA: A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA TRABALHO ASSALARIADO

Existem dois tipos de participação no movimento de resistência abolicionista: o negro, escravo, sem uma visão da totalidade, lutando pelo fim da escravidão. Por outro lado, existiam grupos e movimentos políticos e sociais que não concordavam mais com a escravidão. Assim, a luta do negro como elemento principal afetado e segmentos da sociedade que viam a escravidão como obstáculo para o desenvolvimento da economia brasileira. Estes dois segmentos, portanto, tinham objetivos, origens e propósitos diferentes.

Moura escreve que “Desde que a escravidão foi instituída que o escravo iniciou a luta para aboli-la. Mesmo nos navios negreiros ele se revoltou. O escravo rebelde foi uma força social ativa e permanente no processo de modificar-se o tipo de trabalho existente no Brasil” (Moura, 2021, p. 222). Tais mecanismos vão da fuga, da resistência e organização dos quilombos até os suicídios.

Desse modo, se organizavam e tinham objetivos claros de imediato: o fim da escravidão e, em algumas insurreições o poder político. O comportamento principal era a fuga para as matas, formando quilombos. O quilombo de Palmares, em Serra da Barriga, Alagoas, desenrolou-se como símbolo de resistência e chegou a acolher mais de 20 mil ex-escravos. Assim também, em Minas Gerais, o “Quilombo do Bateiro” chegou a ter cerca de 20 mil ex-escravos.

Apesar da resistência dos negros, a escravidão persistiu pós Independência. “Mais uma vez a estrutura colonialista determinava uma série de manipulações no sentido de manterem-se intactas as formas de trabalho e de propriedades antigas. Por este motivo a escravidão e o latifúndio continuaram” (Moura, 2021, p. 228).

Por conseguinte, a Revolta dos Alfaiates ocorreu em Salvador, Bahia, no final do século XVIII, influenciada por ideias iluministas e pela Revolução Francesa. O levante teve início em 1798 e foi liderado por diversos segmentos sociais, incluindo alfaiates, jornalistas, advogados, soldados, mulatos e negros livres. A revolta é considerada uma das primeiras manifestações de caráter emancipacionista no contexto colonial brasileiro. Ao longo desse período, as reivindicações eram por melhores condições sociais e econômicas, igualdade e participação política. Além disso, buscavam a independência da Bahia do domínio colonial.

Assim sendo, indagavam um governo republicano e a abolição da escravidão, baseados em ideias iluministas que pregavam a igualdade, liberdade e fraternidade. No

entanto, o movimento foi reprimido antes de ser colocado em prática. A repressão sucedeu de forma violenta, com prisões, torturas e execuções.

A elite colonial brasileira começou a supervisionar de maneira mais rigorosa a disseminação de ideias consideradas subversivas, intensificando as medidas de controle social. Mesmo diante da repressão ao movimento, a Revolta teve uma importância significativa no surgimento de novos movimentos emancipatórios.

A República de Piratini (1835/1845) envolveu os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, durante a Revolução Farroupilha. Os farrapos tinham como objetivo central a abolição total da escravidão e, com participação massiva do elemento negro. A República liderada por Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi e David Canabarro lutou durante 10 anos contra as tropas imperiais, tripulados por ex-escravos.

Tentavam estabelecer uma estrutura política independente do governo central do Brasil. A região sul buscou autonomia política, econômica e social. A revolta cessou por volta de 1845, quando foi assinado a Paz de Ponche Verde, assim reintegrando a província do Rio Grande do Sul ao Império.

Nesse contexto surgiram dois movimentos radicais e violentos visando modificar o *status quo*: A Revolta da Cabanagem e Revolta da Balaiada. A Revolta da Cabanagem ocorreu por volta de 1835-1840, na província do Grão-Pará. Era composta por compostos de índios, mamelucos, cafuzos e membros de outras etnias, em suma, moradores de cabanas, das palhoças camponesas. Eles se identificavam através de distintivos vermelhos e agia com organização que assustava o governo. Não se sabe com exatidão o número de pessoas que participaram e lutaram na revolta, mas estimam-se milhares.

A revolta se desenvolveu por fatores sociais, econômicos, políticos e religiosos. A população local sofria com a exploração e opressão dos grandes fazendeiros e comerciantes, e tinha como objetivo melhorias nas condições de vida, maior participação política e fim da escravidão. Assim também, as condições de vida precária da população somada à exploração e à corrupção resultaram na revolta popular.

A Cabanagem ocorreu de forma sangrenta e com conflitos armados, a situação tornou-se mais violenta com a intervenção militar do governo imperial. Como resultado, a Revolta da Cabanagem teve um grande número de mortos, estimando-se em dezenas de milhares.

Conseqüentemente, a região enfrentou conseqüências econômicas e sociais significativas devido à destruição e à repressão que se seguiram à revolta. Moura (2021)

destaca como a Revolta cessou de forma trágica e violenta devido às reivindicações populares que ameaçavam a ordem social vigente:

A forma violenta como a Cabanagem foi esmagada mostra muito bem os níveis de repressão que as estruturas de poder usam quando certos movimentos assimétricos são compostos de elementos ou grupos que têm ligação com as classes dominantes, e quando esses movimentos são desencadeados por massas plebeias que devem ser mantidas no mesmo nível anterior e que, por isto mesmo, não tem nenhuma ligação, direta ou indireta, com as forças repressoras (Moura, 2021, p. 234).

Por fim, a Revolta da Balaiada ocorreu no Maranhão, entre 1838 e 1841. O nome da Revolta refere-se aos “balaios”/cestos, que eram usados pelos integrantes como símbolo de luta e resistência. A Revolta sucedeu a partir da insatisfação popular perante as condições precárias de existência, os altos impostos e questões raciais. “Tendo o algodão, seu principal produto de exportação, entrando em crise no mercado internacional, os problemas sociais se aguçaram sobre uma plataforma altamente conflitante e vieram à tona na forma de descontentamento generalizado que chegou a atingir e sensibilizar parcialmente os próprios partidos políticos tradicionais” (Moura, 2021, p. 234).

O movimento era composto por vaqueiros, indígenas e negros fugidos, além de contar com outros segmentos sociais descontentes com as condições sociais e políticas da região. A revolta foi sangrenta, com conflitos armados entre os rebeldes e as forças imperiais.

O quilombo de Preto Cosme foi de suma importância na revolta, já que contava com mais de 3.000 ex-escravos armados, que atacavam fazendas e destruíam plantações, numa posição antagônica à economia latifundiária/escravista da época. Juntamente com Manuel Balaio e Preto Cosme iniciavam a marcha sobre Caxias com táticas de guerrilha. A cidade foi ocupada com o cântico:

O Balaio chegou!

O Balaio chegou!

Cadê branco?

Não há mais branco

Não há mais sinhô (Moura, 2021, p. 235)

A revolta teve seu fim em 1841, quando Dom Pedro II enviou tropas para reprimir a revolta. “Entra em descenso a insurreição que chegou a ameaçar a segurança pachorrenta do Império” (Moura, 2021, p. 236). Em vista disso, os camponeses maranhenses foram espancados, torturados e tiveram suas fazendas destruídas, ao mesmo tempo que os balaios foram eliminados com a justificativa de “desordem”.

A resistência persistia apenas entre os escravizados fugidos de Manuel Balaio e Preto Cosme. Contudo, em uma batalha derrotada, Cosme é feito prisioneiro, juntamente com 2.300 ex-escravos. Preto Cosme é julgado e enforcado em São Luís, assim restaurando “a ordem latifundiário-escravocrata” (Moura, 2021, p. 236).

Após o término da revolta, a região passou por um período de instabilidade e repressão, com impactos significativos na estrutura social e política do Maranhão. A Revolta da Balaiada é um exemplo das tensões sociais e econômicas que marcaram o período regencial no Brasil, caracterizado por uma série de conflitos regionais e revolta em diferentes partes do país.

De acordo com Florestan Fernandes (2008), o Brasil não rompeu com suas heranças coloniais, assim a sociabilidade social foi refuncionalizadas e reintegrada, concretizada nos valores das ações cotidianas, excluindo as camadas populares no processo decisório da vida política e social. Enquanto as pessoas negras estavam escravizadas, os valores emergidos surgiam a partir de uma perspectiva colonial, que contribuiu com o rebaixamento da generalidade humana e da visão social desse grupo racial.

No bojo desses padrões de comportamentos, passaram para a nova era histórica e se revitalizaram normas da velha etiqueta de relações raciais, distinções e prerrogativas sociais que proporcionaram direitos e as garantias sociais das “raças” em presença às posições que seus componentes ocupavam na estrutura de poder da sociedade, representações que legitimavam, tanto racial, quanto material e moralmente, tais distinções e prerrogativas etc (Fernandes, 2008, p. 306).

Apesar da mudança nas relações de trabalho, passar de escravistas para o trabalho assalariado baseado na venda da força de trabalho, manteve-se inalterado o controle das forças produtivas e econômicas do país. Moura (2021) enfatiza como os movimentos de emancipação foram primordiais para o negro se libertar e fortalecer.

O negro estará sempre em movimentos que visarão modificar parcial ou globalmente o status quo dentro de uma perspectiva *devir*, isto é: com uma perspectiva dinâmico/radical. O negro, numa sociedade em que as classes dominantes e os estratos a elas aderidos se julgam “brancos”, vindo de uma posição inicial de escravo, não encontrou alternativa para libertar-se desses *status* a não ser engajando-se nos movimentos de emancipação que surgiam naquelas regiões onde se encontravam, ou realizando movimentos próprios (Moura, 2021, p. 136).

O açoite e a chibata, que eram usados como forma de punição no regime escravista, continuaram como castigo na Marinha de Guerra. A Marinha, composta majoritariamente por negros, continuava sofrendo castigos disciplinares na frente dos outros companheiros. Os castigos eram incessantes e a revolta dos marinheiros ia ganhando forças.

É nesta conjuntura, com os marinheiros sabendo da existência de organizações operárias que lutavam por igualdade e justiça social, que as torturas físicas contra

eles continuam a ser executadas. Mas a marujada não aceita mais passivamente esse tipo de castigo infamante. Começa a protestar, nos tombadilhos e nos porões das belonaves - o Brasil era naquela época a terceira potência naval do mundo - procurando formas através das quais pudessem modificar a situação (Moura, 2021, p. 248).

Nesse sentido, “A Mão Negra” agia como forma de resistência, onde assinava cartas anônimas reivindicando reformas de dignidade humana. Os marinheiros eram chefiados por Francisco Dias, João Cândido e outros tripulantes das belonaves *Minas Gerais*. Na belonave *São Paulo*, chefiava o cabo Gregório e no *Deodoro* o cabo André Avelino. Apesar de se identificarem com algumas ideias anarquistas e anarco-sindicalistas que estavam sendo difundidos por operários e camadas populares, os marinheiros não tinham estratégia política, queriam apenas o fim dos castigos físicos. A primeira mensagem para Hermes da Fonseca, então presidente da época, dizia o seguinte: “Não queremos a volta da Chibata. Isso pedimos ao Presidente da República, ao Ministro da Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidades e navios que não se revoltarem. Guarnições *Minas, São Paulo e Bahia*” (Moura, 2021, p. 249). Outra carta tinha como conteúdo:

Ao povo e ao Chefe da Nação. Os marinheiros do “Minas Gerais” do “São Paulo”, “Bahia” e “Deodoro” e mais navios de guerra vistos no porto, com a bandeira encarnada, não têm outro intuito que não seja o de ver abolido das nossas corporações armadas o uso infamante da chibata que avilta o cidadão e abate os caracteres. A resolução de içarem no mastro dos navios as bandeiras encarnadas e de se revoltarem contra o procedimento de alguns comandantes e oficiais só foi levada a efeito depois de terem reclamado, por vezes, insistentemente, contra esses maus tratos, contra o excesso de trabalho a bordo e pela mais absoluta falta de consideração com que sempre fomos tratados. (Moura, 2021, p. 249)

Em 22 de novembro de 1910, o movimento que havia sido articulado se antecipa após o espancamento do marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, onde recebeu 250 chibatadas na frente do convés de *Minas Gerais*. Tendo João Cândido como líder, os marinheiros apossaram-se dos navios da Marinha da Guerra. Rapidamente mandaram mensagem ao Presidente e ao Ministro da Marinha exigindo a extensão da chibata. Consequente, deram ordem para atirar em qualquer um que tentasse impedir o levante. Hastearam a bandeira vermelha, que era símbolo da revolução.

Havia contradição dentro da conjuntura militar em relação às estratégias a serem implementadas. De um lado, havia Rui Barbosa, que desejava uma atitude mais conciliadora, pois temia a repercussão negativa da imprensa perante aos maus tratos dos oficiais com os marinheiros. Do outro lado, havia os militares que viam o levante como indisciplina, que ameaçava a hierarquia, sendo assim deveriam ser punidos severamente.

Todo o levante era uma ameaça militar e política, posto isto, Rui Barbosa lançou a “Campanha Civilista”, manifestando contra o militarismo e a intervenção militar na política. Enquanto isso, Hermes da Fonseca não queria muito envolvimento para não manchar a sua carreira presidencial.

O setor político sabia da ameaça dos amotinados, somado a aprovação da população, que eles poderiam criar uma situação socialmente perigosa.

Em determinado momento vários grupos opositores poderiam aproveitar o fato conflitante para exteriorizar o seu descontentamento ou partirem para uma *práxis* política radical, atitude que encontraria nos marujos um ponto de polarização fácil e de importância fundamental. Havia, por outro lado, dentro dos próprios quadros da elite do poder, contradições suplementares quanto à forma como se devia conduzir a situação e resolver o impasse (Moura, 2021, p. 252).

Os marinheiros deixavam claras as suas reivindicações em um documento assinado por “Marinheiros”: “Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou, rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo” (Moura, 2021, p. 253).

Sendo assim, havia somente uma alternativa para a situação: anistia. À vista disso, Rui Barbosa apresenta o projeto no Senado. Aprovado o projeto de anistia, descem a bandeira vermelha e se entregam e, quase instantaneamente, percebem o erro cometido. Políticos e militares assinam um decreto que qualquer marinheiro poderia ser dispensado da Armada, assim são demitidos e portugueses são contratados para ocupar seus lugares.

Nunca expressaram tão bem claramente o seu pensamento: queriam acabar com as reminiscências da escravidão na Marinha Brasileira.

Visto que não tinha forças políticas para neutralizar o levante, mas também não tinha poder militar suficiente, o governo manipulou de maneira coercitiva e concessiva, para serem fuzilados no navio *Satélite*.

Tanto isto é verdade que os mesmo parlamentares que ergueram suas vozes no Congresso, a favor da concessão de anistia aos amotinados, nada fizeram ou disseram quando eles estavam impotentes do ponto de vista militar, derrotados, e foram levados para o navio “Satélite” a fim de serem sumariamente fuzilados. O certo é que a conciliação dos políticos, inclusive os da oposição, nada mais foi do que hábil manobra dos representantes das classe dominantes no sentido de desarmar (militar e politicamente) os marinheiros negros, para em seguida isolá-lo e massacrá-los. As massas plebeias, mais uma vez, foram derrotadas por aquelas forças que se diziam depositárias dos seus direitos (Moura, 2021, p. 252/3).

Os marinheiros que participaram do levante são embarcados para serem jogados na selva amazônica, contudo ao lado de muitos havia uma cruz vermelha que indicava sua sentença de morte. Dos 18 recolhidos, 16 foram assassinados.

João Cândido foi recolhido a uma masmorra da Ilha das Cobras. Ele enlouquece e é levado ao Hospital dos Alienados, com tuberculose e na miséria. Morreu como vendedor na cidade do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria, sem nome, sem dignidade.

A revolta dos marinheiros comandados por João Cândido foi o último movimento no qual os negros, segmentos e grupos plebeus se mantiveram no centro decisório durante toda a sua trajetória. Podemos ver que esses marinheiros, na sua grande maioria, ou na sua quase totalidade, descendentes de escravos, conseguiram, na antiga Capital Federal, polarizar as atenções do Brasil e do Exterior para aquilo que era escondido nos porões das belonaves: o uso de métodos de punições escravistas (Moura, 2021, p. 256).

A crise social aumentou e a chamada Revolução de 1930 modernizou as relações pré-existentes através da política e economia. Sendo assim, a classe dominante teve que rever seus mecanismos de controle social, e se reafirmar no nível ideológico. Surge o movimento Integralista, sucedido pela implementação do Estado Novo comandada por Getúlio Vargas. Vargas além de criar a imagem de “Pai dos Pobres” implementou a Legislação Trabalhista, a partir de atos repressivos a fim de legitimar o *status quo* em virtude dos “trabalhadores do Brasil”.

A fim de criar meios ideológicos coercitivos capazes de amortecer os tensionamentos sociais, o movimento operário e o fortalecimento dos sindicatos se veem na tutela do Estado e os tenentes como comandantes da política brasileira. Esses elementos se concretizam em 1964, na ditadura civil-militar e caracteriza as estruturas de poder dominante.

O levante e a participação popular reafirmaram a luta pelos direitos humanos que só foi promulgada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Mas como testemunho da participação popular, mesmo durante as condições mais adversas, a revolta dos marinheiros é uma afirmação da luta pelos Direitos Humanos e antecipa em trinta e oito anos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pela ONU onde se lê: “Artigo 3 - Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e a segurança da sua pessoa”. Artigo 4 - Ninguém será submetido à escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as suas formas. Artigo 5 - Ninguém será submetido a torturas, penalidades ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Artigo 6 - Todo ser humano tem direito, em toda parte, ao reconhecimento da sua personalidade jurídica (Moura, 2021, p. 258).

A revolta dos marinheiros foi de suma importância para explicitar as condições subumanas que os negros passavam mesmo após a abolição. A tortura e os castigos físicos como forma de punição para a ratificação do poder dominante em consonância com um trabalho exaustivo e de condições insalubres. Eles buscavam liberdade, autonomia, cidadania - valores estes que foram negados - em uma ordem societária sem a exploração étnica como forma de violência e segregação.

4. O NEGRO COMO GRUPO ESPECÍFICO OU DIFERENCIADO EM UMA SOCIEDADE COMPETITIVA

Para analisar as categorias de grupos *específicos e diferenciados* é necessário percorrer através da dialética materialista o conceito de *classe em si* e *classe para si*. Tende a analisar a classe em sua emergência e formação como objeto no contexto de formação social até sua inserção e afirmação na sociedade. Posto isto, quando tais sujeitos adquirem consciência, se reconhecem como *específico*, com objetivos e reivindicações próprias de acordo com a sua realidade social.

Quando a classe chega a esse ponto, sua ideologia deverá ser tão globalizadora que refletirá os interesses mais gerais daqueles segmentos, camadas e grupos que se encontram em um processo de desenvolvimento e se situam, da mesma forma que a classe que adquiriu consciência de si mesma, de um lado em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas, e, de outro, em antagonismo com as relações de produção existentes (Moura, 2021, p. 264).

No momento em que se atribui a um grupo social o status de *diferenciado* no contexto de sociedade de classes, se tem em vista que, é diferenciado por outros devido a uma *marca*, dentro da sociedade capitalista que o diferencia dos demais padrões dominantes. “Isto é: constitui um grupo que, por uma determinada *marca*, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma ótica especial, de uma aceitação ou rejeição, através de padrões de valores, *mores*, e representações dos extratos superiores dessa sociedade” (Moura, 2021, p. 275).

Já quando se refere a *grupos específicos*, são grupos sociais que diferenciados pela sua *marca* criam mecanismos de defesa para se integrar na sociedade. O grupo diferenciado é identificado pela classe dominante, enquanto o grupo específico se identifica.

Enquanto ele é simples *grupo diferenciado* - através de critérios de julgamento exteriores - é apenas objeto, simples elemento componente da sociedade no seu todo, funcionando como parte passiva do contexto social. Mas, quando passa a sentir-se diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem a mesma *marca* diferenciadora e, por isto mesmo, é separado por barreiras e técnicas de peneiramento no processo de interação, ele adquire consciência dessa diferença, passa a encarar a sua *marca* como valor positivo e sente-se um grupo *específico*. (Moura, 2021, p. 276).

Estes grupos sociais sabem que por possuir uma *marca* diferenciadora recebem um tratamento que o tratam como inferiores. Essa moralização leva a julgamentos generalizadores, como se todos os elementos do grupo diferenciado tivessem os mesmos componentes e valores. Dessa maneira, criam estereótipos carregados de perspectivas negativas. Desse modo, se organiza coletivamente a fim de reafirmar sua identidade e dismantelar juízos de valores que são difundidos como inerentes a sua etnia, como por

exemplo, a marginalização. Contudo, dentro desse grupo *diferenciado* existem graus e níveis de especificidades.

A priori, as realidades sociais mudam de acordo com a localização geográfica. O negro no Pará se diferencia da realidade social e marginalização do negro no Rio de Janeiro, assim como o negro em Minas Gerais se diferencia do negro no Maranhão. Assim também, o tempo histórico, a cultura de cada região e o tipo de atividade econômica exercida no passado e que se afirma no presente.

Igualmente, numa sociedade de classes antagônica o negro se sente *específico*, visto que é *diferenciado* pela sociedade dominante branca, assim buscam maneiras de se organizar coletivamente em prol de se inserir na sociedade capitalista que possui mecanismos de peneiramento social, já que na sociedade de classes o negro está nas camadas empregatícias que são inferiorizadas. É nessas formas de organizações coletivas que ele se identifica, “Deixam de ser carregador, aprendiz de alfaiate, costureira, estivador, empregada doméstica, vendedor ambulante ou desempregado para se hierarquizar de acordo com o sistema de valores do candomblé ou de outros grupos específicos” (Moura, 2021, p. 280).

Consequentemente, a classe dominante difunde seus valores e grupos sociais em posição de antagonismo criam novas dinâmicas, contudo, baseados em resquícios de valores tradicionais que os oprimem. Criam novas maneiras organizacionais para sobreviver no contexto social, cultural e econômico de um sistema dominante que os sufoca. Assim, escreve Moura (2021, p. 265): “Formam-se, em consequência, grupos específicos que, dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procuram, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compreensão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem”.

Dito isto, para a classe dominante, quanto mais o negro é isolado e, consequentemente se isola melhor é para a sua realidade social que deve permanecer *branca*. Entretanto, esse isolamento entra em contradição quando quanto mais o negro se isola e cria grupos *específicos*, mais ele entra em processo para integralizar-se na sociedade, se inserindo a participar das decisões políticas, econômicas e sociais. “Mesmo sem perspectivarem uma mudança radical na sociedade, esses grupos específicos são, conscientes ou inconscientes, polos de resistência à marginalização do negro e de camadas proletarizadas a ele ligadas” (Moura, 2021, p. 282).

Moura traz o negro como ponto central da sua análise através da teoria marxista embasado no método histórico-dialético na luta de classes no sistema escravista, compondo as singularidades na formação brasileira e sua formação nacional. Clóvis Moura (2021, p. 222)

afirma: “o escravo rebelde foi uma força social ativa e permanente no processo de modificar-se o tipo de trabalho existente no Brasil”.

Desde o início da escravidão, o negro busca formas organizacionais de lutar e sobreviver mantendo seus valores e padrões tribais que o sistema escravista tentava destruir a partir dos valores emergidos na sociedade global. Nos navios negreiros tentavam resistir em condições insalubres que atravessam a dignidade humana. Entretanto, a condição de alienação que se encontrava dentro de tal sistema impedia uma visão da totalidade capaz de desaliená-lo.

Por isto todos os movimentos sociais ou com quaisquer outros objetivos que visem, através de formas organizacionais e manifestações autoconscientes, ou apenas contestadoras, modificar ou transformar o sistema de estratificação social existente, no sentido de livrar-se dos restos de relações coloniais, representam atitudes e/ou realizações válidas (Moura, 2021, p. 135).

Sendo assim, grupos sociais *específicos* negros foram criados durante o regime escravista, após abolição e permanece resistente nos dias atuais. “Esses grupos desempenharam um papel organizacional, social e cultural muito maior do que se presume ou já foi pesquisado e computado pelos cientistas sociais” (Moura, 2021, p. 265).

O negro demonstrou em sua essência um *espírito associativo* como forma de resistência diante do espaço social que foram submetidos. Esse espírito tornou a vida no cativeiro mais “branda” através de alicerces culturais como a capoeira e a religião. E seguiu resistente após a abolição quando foi marginalizado.

A fim de preservar suas crenças, conseguir momentos de lazer, de refuncionar os valores e traços das culturas africanas, obter alforria, dinheiro, sepultura, ou resistir aberta e radicalmente ao regime escravista, ele organizou inúmeros grupos ou se incorporou a alguns já existentes. Essas razões contribuíram para que o negro fosse, numa época em que o espírito despótico dos senhores de engenho e barões de café queria centralizar para si todas as formas de organização, um elemento que procurou se agrupar de mil maneiras, fugindo às formas tradicionais ou institucionais de organização, criando uma verdadeira rede de *grupos específicos* (Moura, 2021, p. 266).

A história brasileira contém diversos grupos de negros com diversos objetivos que contém diversos valores distintos. O grupo de quilombolas foi um deles: dominavam as estradas e eram bastante organizados e podem ser encontrados em todo território nacional. O grupo de negros fugidos, que se organizam nas matas e eram perseguidos por capitães do mato. Havia também grupos que se encontravam nas senzalas com objetivos de lazer, religião e música, como forma de desanuviar do sistema opressor. “Podemos dizer, ao contrário de Skidmore, que o negro brasileiro, tanto durante a escravidão como posteriormente,

organizou-se de diversas formas, no sentido de autopreservar tanto da situação de escravo, como elemento marginal após 13 de maio” (Moura, 2021, p. 267).

Tais formas organizacionais como: quilombos, clubes conspirativos, candomblé, batuques, irmandades religiosas, festas de reis do Congo, escola de samba, caixas de alforria, “cantos”, grupos de capoeira, grupos teatrais e políticos como a Frente Negra, que tinha um grau mais elevado de organização e ideologização.

5. EMANCIPAÇÃO E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Ao contrário do que muitos historiadores e sociólogos costumam destacar, colocando a figura do negro perante a escravidão como de subserviência e passividade, Moura mostra como os quilombos formaram uma força social capaz de modificar a dinâmica, transformando colônias em nações. De tal maneira, o seu aproveitamento social não foi desfrutado após a abolição, ficando como camada marginalizada.

Embora pesquisas e estudos sejam feitos a partir da equiparação entre a escravidão dos Estados Unidos e Brasil, tais processos são distintos com características típicas e singulares, de tal forma que a escravidão nos Estados Unidos foi um fenômeno regional, enquanto no Brasil teve caráter nacional. Enquanto o contingente de brancos nos Estados Unidos sempre superou o de negros, aqui a população negra escrava ultrapassava a branca.

Moura traz a análise em números: em 1715 apenas $\frac{1}{3}$ da população eram de origem europeia, mais tarde essa porcentagem aumentou. Assim, em 1819 menos de 20% eram brancos, enquanto nos Estados Unidos a situação invertia e aproximadamente 20% da população eram negros.

Mais ou menos na mesma época (1715), a população total do Brasil era avaliada em 300.000 pessoas, das quais 100.000 eram de origem europeia (Furtado). Em outras palavras: a população de brancos e não branco era exatamente o oposto do que se verificava nos Estados Unidos. Um século mais tarde (1819), no Brasil essa população a favor dos não brancos tinha-se elevado mais ainda. De um total avaliado em 3.618.000 brasileiros, apenas 834.000, ou seja, menos de 20% eram brancos (Cardoso 1960/1). Aproximadamente na mesma época nos Estados Unidos (1820), 7.866.797, ou seja, 80% da população, de um total geral de 9.638.453 eram brancos. Embora a população negra se concentrasse nessa época quase exclusivamente nos Estados do Sul, nunca os negros chegaram a constituir mais do que 38% da população daqueles estados sulinos (Moura, 2021, p. 211).

Fato é que o sistema classificatório dos Estados Unidos é extremamente rigoroso e fechado. Pessoas descendentes de negros, mesmo com os fenótipos não aparentem, ainda assim eram considerados da *raça negra*. Enquanto, no Brasil, pessoas que eram classificadas como *brancas*, na verdade eram *pardas*, portanto, essa população negra pode ter sido bem maior do que registrado.

Com a influência de padrões institucionais que grupos específicos devem se adequar para continuar em atividade, temos o exemplo da quimbanda. “Dentro de grupos específicos negros que se branqueiam nascem movimentos intragrupalis que criam valores emergentes conflitantes com os que estão institucionalizando. Um exemplo dessa dialética intragrupal é a quimbanda” (Moura, 2021, p. 299).

A quimbanda surge no interior da umbanda como manifestação das contradições sociais, vem como elemento simbólico explosivo e se expande no interior dos centros umbandistas que se vão institucionalizando, que se vão *branqueando* progressivamente. A ambivalência de Bem e Mal se entrecruzam, há uma reelaboração de valores, passando o que era mau a ser bom e vice-versa, reflexo da dualidade axiológica da sociedade. As camadas proletarizadas, ou marginalizadas, que precisam "fechar o corpo" ante a agressão e a violência da sociedade competitiva, precisam de um protetor também violento, capaz de imunizá-las das agressões exteriores e permitir-lhes a vitória sobre os seus poderosos inimigos (Moura, 2021, p. 306).

A trajetória de Exu, da África aos candomblés da Bahia e até as sessões de quimbanda é um exemplo de modificação diante das situações concretas impostas. O Exu possuía um papel inferior no panteão do litoral do Golfo da Guiné. Já no candomblé baiano, passa a ser identificado como mensageiro. É o Exu que tem a ligação do mundo material e profano e as divindades africanas: os orixás.

Dessa maneira, “O papel do Exu cresce, mas ele ainda não penetra o recinto sagrado” (Moura, 2021, p. 300). É o homem das encruzilhadas. O Exu é representado por “o *assento* de Exu, que é uma casinhola de pedra e cal, de portinhola fechada a cadeado, é a sua representação mais comum, em que está sempre armado com as suas sete espadas, que correspondem aos sete caminhos dos seus imensos domínios, que eram outros tantos motivos a apoiar o símile” (Moura, 2021, p. 300).

Exu não é um orixá, mas sim um intermédio entre os homens e os orixás; ele é contrário ao homem, sendo assim representante das forças ocultas do Mal. Se desejamos algo de Xangô, devemos *despachar*, para que assim o caminho fique livre. Assim, como é dedicado a segunda-feira, também é dedicado o começo das festas. Em razão de que, se *despachar* Exu no primeiro dia da semana, os outros dias ocorrerão com tranquilidade. Assim, receberão as graças durante a festa, quando este é despachado no início da festa.

Assim, o Exu, que possuía papel inferior no Golfo da Guiné, cresce sua importância a ponto de ser confundido com os orixás. Na quimbanda o Exu não é apenas despachado, mas incorporado a outras divindades como: caboclos, preto velho etc.

Edison Carneiro acompanhou as sessões de quimbanda na Tenda do Cacique Bororó em São Paulo. Carneiro descreve a sessão em alguns trechos do livro. “No início cantam um único “ponto” para esses “espíritos sofredores” que, pouco a pouco, vão se abaixando” (Moura, 2021, p. 302). Quando “baixa” as luzes são apagadas e as imagens das paredes cobertas. As velas são acesas e a música segue em ritmo cada vez mais rápido. Batem três vezes com a mão no chão. Gritam, gemem, riem, retorcem. Aqueles que não são tomados cantam em voz baixa.

Na quimbanda, ao contrário da umbanda e do candomblé, não há padrões que imitam a estrutura hierárquica institucional. Quando questiona se há governo, ele nega.

O próprio Exu Buzanini, que estava incorporado no chefe da tenda, quando desafiado, incorpora-se em outro *cavalo* para responder quem o interpela. Há uma libertação de instintos, sentimentos e vontades quase total. Quando se pergunta se, no seu mundo, há governo, diz não saber o que isto significa. Finalmente, aceita todos os desafios, responde criticamente às perguntas que lhe são feitas. Nada respeita (Moura, 2021, p. 306).

Pelas pesquisas feitas, é na quimbanda que povos marginalizados buscam suporte frente às contradições do modo de produção capitalista. São nos terreiros mais pobres que a figura rebelde do Zé Pilintra é encontrada. “Um Exu que é chamado todas as vezes que há um impasse nos negócios, saúde ou amor, para ser resolvido” (Moura, 2021, p. 307). São formas de resistência perante o aparato repressivo do Estado e suas manifestações.

Nas pesquisas feitas nas macumbas cariocas, La Passade teve oportunidade de constatar que a quimbanda é praticada exatamente naqueles locais mais atingidos pela miséria, e, por isto mesmo, perseguida pelas autoridades e o aparelho repressivo do sistema. É que a quimbanda ainda é o grande leque de rebeldia das religiões negras. Nela, através dos Exus, os segmentos marginalizados, expulsos do sistema de produção, procuram um combustível ideológico capaz de levá-los a sobreviver biológica e socialmente (Moura, 2021, p. 307).

Assim, *fatores de resistência* dos traços da ancestralidade africana são usados com a finalidade de autopreservação social, uma vez que em uma sociedade contraditória existem barreiras definidas por grupos dominantes contra determinados grupos que possuem uma *marca*. De tal maneira, que “as contradições inerentes a dinâmica de uma sociedade competitiva, recém-saído da escravidão, determinam, em última instância, a preservação ou diluição dessa chamada *reminiscência africana*” (Moura, 2021, p. 313). Como o exemplo de Exu, que cresceu como símbolo libertário no Brasil, diferentemente de outros orixás importantes no panteão africano. Moura (2021, p. 315), então, indaga: “Por que certos traços das culturas africanas desaparecem - insistimos em indagar - enquanto outros permanecem na sociedade brasileira, especialmente nos contingentes populacionais mais proletarizados?”. Cabe ao que é funcional economicamente, culturalmente e ideologicamente aos estratos dominantes.

Isto mostra como, em determinados momentos e diante de potencialidades deflagradas pela dinâmica social antinômica, esses grupos específicos negros, depois de formados, não perdem a interação com a sociedade inclusiva e mantêm, com ela, uma fricção ideológica permanente, que varia de grau, de acordo com o respectivo nível de antagonismo social. Mas, por outro lado, a superioridade econômica, cultural e política das classes dominantes no particular penetram cada vez mais nesses grupos, os quais, depois de um circuito vital muitas vezes longo, entram em processo de degenerescência, isto é, de integração ideológica com a sociedade global. Vão, assim, perdendo a sua *especificidade* (Moura, 2021, p. 315/316).

Diante das formas de resistência negra, o samba também se vê apropriado aos valores brancos. Dentro da realidade social, o dito “negro do morro”, este marginalizado, organizava-se com música e samba para uma festa de asfalto, assim sendo posteriormente conhecido como Carnaval, “Onde os habitantes se reuniam para suavizar, com a música, as durezas da vida” (Moura, 2021, p. 327).

Desenvolveu-se assim, um grupo organizado e hierarquizado formado por mestre-sala, costureiros, músicos e desenhistas.

De forma simbólica, os valores negros, originados das margens da sociedade, emergiam durante a festividade para integrar-se à coletividade. Observa-se de modo alegórico, a dominação e ocupação da cidade pelos residentes das comunidades de morro, por meio de sua organização e contracultura.

Esse era o seu momento. Era o momento de reafirmação negra e nesse momento que órgãos públicos abriam alas para o samba passar. Nesse momento, a polícia, que o prendia, abria alas para que passasse.

Era o morro, a marginalidade periférica e não vista pelo centro durante o ano, que vinha ocupar a área branca decisória e a dominava. Todos aqueles que olhavam o negro do morro como desordeiros viam-no organizado; os que o tinham como analfabeto e ignorante ouviam e aceitavam os seus sambas de enredo. Finalmente ele, através da organização que lhe custara sacrifício, dinheiro, tempo e paciência, dominava a metrópole. Por outro lado, as instituições ou órgãos que o oprimiam e/ou perseguiram no morro estavam ao seu serviço: a polícia que o prendia, abria alas para que a escola desfilasse (Moura, 2021, p. 323).

A disparidade entre os movimentos marca essa reafirmação social, visto que durante esse período estava acontecendo a Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo. Portanto, à medida que a cultura hegemônica se consolidava através do modernismo, buscando enfrentar as disparidades entre a realidade brasileira e a cultura elitista, a expressão da cultura popular emergia nas ruas por meio da escola de samba, originada nos morros habitados por favelados cariocas na década de 1920. “Assim, o morro se representava no asfalto” (Moura, 2021, p. 322).

Do ponto de vista organizacional, a escola de samba representava a maneira pela qual a comunidade negra se defendia de sua condição marginalizada, chegando a níveis quase extremos de preservação biológica.

Do ponto de vista cultural mais amplo, o surgimento da escola de samba coincidiu com um período em que a sociedade brasileira reavaliava seus valores e buscava revisar suas posições culturais e políticas devido a uma série de conflitos estruturais amplamente estudados (Moura, 2021, p. 323).

Para o negro, o carnaval não representava meramente uma festividade, ao contrário do que ocorria para o branco. Era um momento de extrema importância em sua vida, constituindo uma oportunidade essencial para a sua afirmação social.

Além disto, elas surgiam como ato de afirmação de uma contracultura que se opunha as elites e que representava, através dos sambas de enredo, da coreografia, das alegorias, de forma simbólica, os valores do morro que desfilavam durante o carnaval na cidade branca. é nesse momento que, o negro desce do morro e domina a cidade branca (Moura, 2021, p. 322).

Em contrapartida, a sociedade branca percebeu o potencial organizacional e cultural das escolas de samba. Simultaneamente, sentiu a necessidade de incorporá-las como complementos do carnaval oficial, relegando-as a meros objetos. Com o intuito de alcançar esse objetivo, corrompeu essas instituições por meio de formas sutis de institucionalização, transformando-as, atualmente, em simples atrações turísticas para estrangeiros. O negro que tinha o papel principal, agora não possui condições financeiras para assistir os desfiles, uma vez que o Carnaval virou mercadoria para a massa branca. Candeia, compositor da Portela afirma:

As alegorias atuais representam uma falsa cultura, são feitas por gente de fora, profissionais. Acho que as alegorias de uma escola deveriam ser representativas de uma cultura própria, obrigatória do afro e indígena. O barroco sofisticado não tem nada que ver com escola de samba e precisa ser eliminado. Me lembro do tempo em que as alegorias da Portela eram feitas por Lino Manuel dos Santos, que é carpinteiro, e por Joacir, que é pedreiro. Isso, sim, é que é válido. Bacana é o crioulo do morro criar seu próprio desfile, sua própria arte. As fantasias precisam ser menos luxuosas e mais autênticas, também feitas pelo pessoal da escola (Moura, 2021, p. 324).

Esse processo de degradação transforma diferentes elementos de grupos específicos, quando estes não se alinham a “ideologia dinâmico-radical totalizadora” à mercê do grupo dominante em prol de seus interesses. De tal maneira que “A trajetória histórico-social da organização do negro nas escolas de samba vai desaparecendo por força de uma manipulação, de fora para dentro, de elementos estranhos à escola” (Moura, 2021, p. 325).

E mais uma vez, a história se repete e Moura (2021, p. 325) finaliza endossando: “os negros estão sendo transformados, novamente, em objetos para divertimento do branco”.

CONCLUSÃO

Ao se debruçar sobre a obra de Clóvis Moura, observa-se a transição do sistema escravista para o capitalismo dependente, acompanhada da transformação da imagem do negro, inicialmente tido como *bom escravo*, enquanto era escravizado, torturado, explorado para *mau cidadão*, quando este questiona e almeja se integrar na sociedade. Diante desse contexto, é notória a competição desigual entre os recém libertos e os imigrantes europeus introduzidos no cenário emergente do capitalismo brasileiro.

Como consequência, Moura divide e classifica este momento histórico em duas categorias: *escravismo pleno* e *escravismo tardio*. Determinando a passagem de uma economia dependente do trabalho escravo arraigado na sociedade colonial para a fase tardia, marcada com mudanças nas relações de trabalho por meio do trabalho assalariado. Tal transição impactou diretamente o negro, que antes era o principal elemento na construção das riquezas, agora é descartado do novo modelo econômico. Moura descreve essa *modernização* como *arcaica*, uma vez que apesar da modernização nas relações de trabalho, a base continuou permeada por estruturas escravistas.

Moura enfatiza o engajamento ativo em lutas e movimentos emancipatórios negros como uma resistência perante as estruturas dominantes na articulação das ideologias de branqueamento, peneiramento social e o mito da democracia racial no contexto do capitalismo dependente brasileiro.

O autor investiga a organização coletiva dos negros, delineando distinções entre grupos *diferenciados* e *específicos*. Adicionalmente, destaca as formas de resistência - como a religião e o carnaval - para sobreviver e se integrar na sociedade, assim também como essas formas de resistência são incorporadas pela *branquitude*, transformando-as em mercadoria. Sua metodologia visa desvendar as complexidades dessas relações, oferecendo uma visão mais abrangente dos desafios enfrentados pelos negros em uma sociedade competitiva.

É notório observar como as dinâmicas racias e sociais construídas durante mais de 300 anos de escravidão são reproduzidas nas relações sociais da sociedade contemporânea. Não se pode mais usar a chibata, por isso o sistema capitalista se incorpora do racismo para impedir a reprodução social do negro na sociedade.

Este aparelho ideológico e repressivo difunde a ideia da população negra como subjugada e inferior àqueles que estão no cume da pirâmide, portanto por serem negros lhe colocam na situação de imobilismo social, mesmo tendo o mesmo nível técnico e intelectual.

Tal sistema, dominado pela branquitude que sempre teve como propósito segregar, excluir e oprimir. Os negros foram arrancados de suas terras, de seu povo e de sua cultura,

sendo trazidos como escravos para um território desconhecido. Aqui, foram introduzidos em uma cultura, sociedade e língua completamente diferentes de suas origens. Levados para outro continente, foram forçados a adotar uma nova identidade, minando qualquer possibilidade de resgate de sua ancestralidade.

O negro foi compelido a lutar por sua sobrevivência social, cultural e até mesmo biológica em uma sociedade secularmente marcada pelo racismo, onde as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são elaboradas para mantê-lo aprisionado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas, para que assim o processo de acumulação capitalista continue operando e os salários continuem abaixo do essencial.

O fato é que há um acordo tácito entre a imbricação do étnico e social que ordena estruturalmente uma hierarquia baseada nos valores do colonizador. Um aparelho eficiente para estabelecer dominação, podendo ser estabelecido de maneira física e/ou simbólica.

Moura (2020) enfatiza que só alcançaremos uma verdadeira democratização nas relações de produção da sociedade brasileira quando descentralizar o poder com a participação ativa do povo nas decisões. Por fim, somente quando não existir uma sociedade liderada pela acumulação e pela competição teremos talvez uma democracia racial que almejamos. E assim, seguimos lutando e almejando!

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. ABEPSS; Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em 20 de jan. de 2024.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos., Brasília, 31 mai. 2012a. seção 1, p. 48.

BRASIL. Resolução nº 2, 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 18 jun. 2012b. seção 1, p. 7

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais e do/as psicólogos/as na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

Código de Ética do/a Assistente Social. CFESS, São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, 5ª edição, Editora Globo, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. 1984.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. 2007.

GUIMARÃES, A.S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MDS (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome). Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. São Paulo: 2. ed. Editora Dandara. 2021.

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos - ONDH. **Relatório Disque Direitos Humanos**. Brasília, 2019.

Série 11 Princípios - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo. **CRESS**, Rio de Janeiro, 13 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/destaques/serie-11-principios-defesa-intransigente-dos-direitos-humanos-e-recusa-do-arbitrio-e-do-autoritarismo/>>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

SILVA, Wanessa. Trajetória política e intelectual de Clóvis Moura (1959-1989): quilombagem, práxis negra e antirracismo de um intérprete do Brasil. João Pessoa. 2021.

TIRIBA, Lea; PROFICE, Christiana; SCHLESINGER, Miguel. A terra em pandemia: povos indígenas brasileiros e suas (derradeiras?) infâncias. **Trabalho Necessário**. v.18, n° 37, set-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46278/26480>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

TIRIBA, Lea. VOLLGER, Amanda. PEREIRA, Jéssica Elías. Buscando inspiração entre povos indígenas brasileiros para educar as crianças em conexão com a Terra. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - FURG v. 38, n. 3, p. 98-116, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13522/9119>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.